



ECOWAS COMMISSION
COMMISSION DE LA CEDEAO
COMISSÃO DA CEDEAO

MARCO DE RESILIÊNCIA CONTRA O CRIME ORGANIZADO NA ÁFRICA
OCIDENTAL 2023 – ESTUDO DA SITUAÇÃO

Quando os problemas perversos se encontram: Alterações climáticas, economias ilícitas e resiliência comunitária nos corredores do Parque Nacional de Niokolo-Koba, Senegal

Mouhamadou Kane e Lucia Bird Ruiz Benitez de Lugo



Resumo

Na África Ocidental, gravemente afetada tanto pelas alterações climáticas como pelas economias ilícitas, as comunidades recorrem cada vez mais a estas últimas para fazer face às primeiras. Por sua vez, os impactos ambientais das economias ilícitas intensificam os danos das alterações climáticas. O presente estudo de caso explora estes fenómenos interligados em comunidades periféricas do Parque Nacional de Niokolo-Koba do Senegal e propõe respostas.

Recomendações

As comunidades locais têm um papel crucial a desempenhar em todas as medidas destinadas a enfrentar os desafios interligados das economias ilícitas e das alterações climáticas. Além disso, a sua exclusão tem impactos que vão além da conservação e das alterações climáticas, ameaçando a legitimidade do Estado. Tais respostas devem procurar:

- reforçar o pacto social entre as comunidades e as autoridades de governação local;
- combater a corrupção na gestão dos parques nacionais e dos espaços protegidos;
- atenuar os impactos negativos da securitização da proteção nos parques nacionais;
- apoiar a resiliência das comunidades aos impactos das alterações climáticas através de projetos de adaptação e/ou meios de subsistência resistentes às alterações climáticas;
- avançar políticas que proporcionem soluções viáveis para formalizar a mineração artesanal de ouro.



OCWAR-T

Crime Organizado: A Resposta da África Ocidental ao Tráfico

Introdução

Na África Ocidental, uma região gravemente afetada tanto pelas alterações climáticas como pelas economias ilícitas, as comunidades recorrem cada vez mais a estas últimas como estratégia para fazer face às primeiras. Por sua vez, o impacto ambiental do crime organizado contribui para as alterações climáticas e para os danos sofridos pelas comunidades e pelos ecossistemas. Assim, as economias ilícitas e a corrupção associada devem ser entendidas como causas e também consequências das alterações climáticas.¹

Embora os impactos das alterações climáticas sejam evidentes em todo o mundo, os riscos sociais daí derivados são mais elevados nos locais onde a marginalização política e social e a vulnerabilidade já representam problemas estruturais.² Ao sobrecarregar os ecossistemas locais e ao intensificar a escassez de recursos, as alterações climáticas aumentam a instabilidade, moldam as tensões nas comunidades e funcionam como um vetor fundamental dos movimentos humanos, nomeadamente através de deslocações forçadas.

Contribuem também para a criação de novos mercados ilícitos, uma vez que os intervenientes criminosos assumem o fornecimento de bens essenciais, como, por exemplo, a distribuição de água.³ As tensões e as fontes de conflito daí resultantes geram, por sua vez, oportunidades para a criação de governação alternativa sob a forma de grupos armados não estatais.⁴ Estes grupos, incluindo organizações extremistas violentas, controlam vastas áreas do Sahel e ameaçam cada vez mais os estados costeiros da África Ocidental.

De um modo mais geral, o crime ambiental – e os danos ambientais mais amplos – constituem grandes ameaças ao desenvolvimento. Verificou-se que os danos ambientais prejudicam o progresso de 80 % das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),⁵ enquanto pesquisas da GI-TOC demonstram que a criminalidade representa um desafio transversal importante para, pelo menos, 15 % das metas dos ODS.⁶ No nexo entre estas duas ameaças, os crimes ambientais desgastam o “capital natural” de África e, conseqüentemente, a sua capacidade de alcançar um crescimento económico sustentável e inclusivo. Esta situação cria desafios significativos na África Ocidental, que já está atrasada em relação a outras regiões africanas no que diz respeito ao progresso na concretização dos ODS.⁷

O sistema multilateral reconheceu as alterações climáticas como um “multiplicador de ameaças”.⁸ Em 2009, o Conselho de Segurança das Nações Unidas identificou cinco canais através dos quais as alterações climáticas

Abreviaturas

ASGM	artisanal and small-scale gold mining (mineração artesanal e de pequena escala de ouro)
DEEC	Direction de l’Environnement et des Établissements Classés (Direção Ambiental e dos Estabelecimentos Classificados)
CEDEAO	Economic Community of West African States (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)
GI-TOC	Global Initiative Against Transnational Organized Crime (Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional)
OCRF	Organized Crime Resilience Framework (Quadro de Resiliência contra o Crime Organizado)
OCWAR-T	Organised Crime: West African Response to Trafficking (Crime Organizado: Resposta da África Ocidental contra o Tráfico)
PNA-FEM	National Adaptation Plan (Plano Nacional de Adaptação)
ODS	Sustainable Development Goal (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável)
FGD	focus group discussion (discussão de grupo de foco)

afetam a segurança.⁹ O presente estudo de caso, com o seu foco na intersecção entre alterações climáticas e economias ilícitas, adota um enfoque restrito num destes canais:

Mecanismos de resposta e segurança: a migração, a competição por recursos naturais e outras respostas das famílias e das comunidades confrontadas com ameaças relacionadas com o clima podem aumentar o risco de conflitos internos e ter repercussões internacionais.¹⁰

Focando-se nas estratégias de subsistência da comunidade em torno do Parque Nacional de Niokolo-Koba do Senegal, analisa a crescente dependência de práticas ilícitas e as implicações para o conflito na região de Kédougou.

Em toda a África Ocidental, os Estados criaram e expandiram parques nacionais para ajudar a preservar a biodiversidade.¹¹ Os parques nacionais constituem baluartes fundamentais contra as alterações climáticas, baixando a temperatura do ar, absorvendo as águas das cheias e funcionando como sumidouros de carbono, absorvendo e capturando o dióxido de carbono do ar.¹² No entanto, a aplicação de quadros regulamentares que criminalizam a extração de recursos destas áreas protegidas, tornando simultaneamente ilegais muitas práticas tradicionais, deu origem a queixas por parte das comunidades em toda a África Ocidental e também ao nível global.

Sendo a agricultura o pilar económico das comunidades de toda a região, os impactos climáticos levam muitas comunidades a depender cada vez mais de economias ilícitas: designadamente, a mineração artesanal e de pequena escala de ouro (ASGM) e outras formas de extração de recursos em áreas protegidas. Os corredores em volta dos parques nacionais são, por conseguinte, espaços cruciais para examinar os desafios inter-relacionados das alterações climáticas e das economias ilícitas.

A fim de ajudar os decisores políticos regionais a adotar abordagens baseadas em provas para atenuar os danos resultantes desta complexa intersecção, este relatório analisa a relação entre as alterações climáticas e as economias ilícitas, assim como os quadros de resposta disponíveis, com foco nas soluções baseadas na comunidade. A investigação centra-se em Kédougou, uma região significativamente afetada no sudeste do Senegal, um dos quatro países do mundo mais vulneráveis às alterações climáticas.¹³ Cresce também a preocupação de que grupos armados não estatais que operam no vizinho Mali tentem desenvolver operações em Kédougou, que é uma zona rica em ouro. As queixas regionais – em parte relacionadas com a crescente escassez de recursos – poderiam ser aproveitadas por estes grupos para obter legitimidade, como já aconteceu noutras partes do Sahel.

Na região de Kédougou, este relatório centra-se nos corredores que contornam o Parque de Niokolo-Koba, uma das maiores áreas protegidas da África Ocidental,¹⁴ baseando-se na investigação existente sobre os parques nacionais como espaços onde os impactos das alterações climáticas são altamente visíveis e onde há uma intersecção de economias ilícitas e dinâmicas de conflito.¹⁵ O objetivo deste relatório não é apenas fornecer um estudo de caso útil no contexto local, mas também extrapolar lições regionais mais amplas que possam ser aplicadas noutras áreas protegidas que enfrentam desafios semelhantes.

Para tal, o relatório começa por considerar as alterações ambientais que têm feito aumentar a dependência de práticas ilícitas, depois aborda as próprias práticas ilícitas, sobretudo os crimes ambientais (caça ilegal e exploração madeireira ilícita) e as economias ilícitas que prejudicam indiretamente o ambiente (mineração artesanal de ouro), antes de examinar os atuais – e potenciais – quadros de resposta.

Os parques nacionais constituem baluartes fundamentais contra as alterações climáticas, baixando a temperatura do ar, absorvendo as águas das cheias e funcionando como sumidouros de carbono



Metodologia

Este é um dos três estudos de caso que fazem parte do Organized Crime Resilience Framework (OCRf), uma ferramenta desenvolvida pela Global Initiative Against Transnational Organized Crime (GI-TOC) como parte do projeto Organised Crime: West African Response to Trafficking (OCWAR-T). O OCRf, e cada uma das análises aprofundadas associadas, centra-se nas ameaças prioritárias da economia ilícita que a África Ocidental enfrenta, examinando os quadros de resposta para além das abordagens da justiça penal. Este estudo de caso centra-se nas respostas de resiliência da comunidade às ameaças interligadas das alterações climáticas e das economias ilícitas.

Adotando uma abordagem de métodos mistos, a investigação combina a análise de dados qualitativos e quantitativos, baseando-se na recolha de dados específicos, juntamente com uma análise de fontes secundárias. A recolha de dados específicos avaliou o impacto das alterações climáticas nas comunidades nos arredores do Parque Nacional de Niokolo-Koba, a forma como estas afetaram o envolvimento das comunidades nas economias ilícitas e as respostas adotadas.

O trabalho de campo em Kédougou, que foi realizado em maio e julho de 2023, consistiu em seis discussões de grupos de foco (FGD) semiestruturadas, juntamente com entrevistas adicionais em três aldeias na periferia do parque: Oubadji na área de Salémata e Badon e Niemenike na área de Kédougou. Foram realizadas duas FGD em cada aldeia: um grupo de homens e um grupo de mulheres. Cada FGD incluiu entre 12 e 18 participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, incluindo professores, profissionais de saúde e representantes de associações comunitárias de mulheres, de jovens e de conservação ambiental.

As FGD foram complementadas por entrevistas bilaterais em Kédougou e arredores com funcionários estatais reformados, autoridades do Ministério do Ambiente e do parque nacional, agentes do parque, jornalistas, lenhadores, transportadores de areia, mineiros de ouro (de explorações extremamente pequenas e também de maiores dimensões) e organizações da sociedade civil que trabalham na área das alterações climáticas ou economias ilícitas, juntamente com duas entrevistas à distância com um funcionário do Parque de Niokolo-Koba sediado em Tambacounda e um funcionário dos serviços hídricos e florestais sediado em Salémata. No total, a equipa de investigação interagiu com cerca de 70 partes envolvidas na região de Kédougou e arredores.

A recolha de dados no terreno foi complementada por uma extensa revisão da documentação relevante para as alterações climáticas e as atividades ilegais na região de Kédougou e na África Ocidental em geral. O relatório também se baseou na investigação anterior da GI-TOC sobre os parques nacionais na África Ocidental e na análise das respostas existentes à criminalidade ambiental e à sua intersecção com as alterações climáticas.



O aumento das temperaturas e a diminuição da precipitação na região de Kédougou tiveram um custo muito elevado para as comunidades locais, com a diminuição do rendimento das colheitas a agravar a insegurança alimentar

A expansão das áreas protegidas no Parque de Niokolo-Koba como resposta às ameaças à biodiversidade limitou as terras disponíveis para a agricultura das comunidades locais



O impacto das alterações climáticas nos meios de subsistência em Kédougou

Fazendo fronteira com o Mali no sudeste do Senegal, Kédougou conta com uma longa experiência dos impactos das alterações climáticas.¹⁶ Diante do aumento das temperaturas¹⁷ e a diminuição da precipitação,¹⁸ as comunidades nos corredores do Parque de Niokolo-Koba viram a agricultura – tradicionalmente o meio de subsistência dominante – tornar-se mais difícil, com a redução dos rendimentos¹⁹ a exacerbar a insegurança alimentar.²⁰ A precipitação mais irregular conduziu também a inundações repentinas e a uma maior escassez de água.²¹

Nas palavras de um membro da comunidade de Oubadji: “As colheitas são muito menores do que antes. ... [A]gora temos de entrar no parque para encontrar o que precisamos. Temos problemas com falta de água e isso empurra-nos para o parque.” Outros em Oubadji partilharam que, desde cerca de 2016, têm sido obrigados a cavar poços muito mais profundos para encontrar água. Nessa altura, 9 a 10 metros eram suficientes; em 2023, já era necessário descer a uma profundidade de 15 metros.²²

Para além dos impactos climáticos, a expansão das áreas protegidas no parque nacional limitou as terras disponíveis para a agricultura, contribuindo para o cultivo excessivo da terra e afetando negativamente o rendimento das colheitas. A limitação de terras para pasto também aumentou a escassez de gado vivo, fazendo com que a carne seja um bem raro em muitas comunidades.²³ Uma mulher em Oubadji disse: “A comida que podemos comer e os nossos meios de subsistência mudaram. O que era cultivado já não é cultivado.”²⁴ O chefe da aldeia de Badon expôs o seu dilema: “As terras cultiváveis já não são rentáveis, uma vez que foram exploradas excessivamente ao cultivar a mesma área durante anos a fio, e o acesso às terras férteis do parque para fins agrícolas é proibido.”²⁵

As pressões demográficas cada vez maiores agravam estes desafios: a população da região de Kédougou mais do que duplicou, passando de 71 125 habitantes em 1988 para 184 276 em 2019.²⁶ À medida que as comunidades limpam a terra para a agricultura, os incêndios florestais tornam-se cada vez mais frequentes e mais difíceis de controlar numa paisagem cada vez mais seca, causando danos significativos.²⁷ Com a evolução das condições climáticas a impulsionarem estas mudanças nos meios de subsistência, as economias ilícitas estão a tornar-se cada vez mais importantes, como abordaremos a seguir.

As comunidades periféricas e o Parque Nacional de Niokolo-Koba

O parque foi inicialmente criado como uma reserva de caça em 1926, tendo sido posteriormente ampliado e cada vez mais protegido. Tal implicou deslocar aldeões predominantemente Malinke das terras do parque para as periferias do parque.²⁸

A ampliação e a securitização avançada do parque afetaram gravemente os meios de subsistência. À medida que as áreas protegidas eram ampliadas, as terras para uso agrícola e pastoril tornavam-se cada vez mais

escassas, com as comunidades a ficarem encurraladas entre as fronteiras nacionais e os limites do parque nacional.²⁹ Em Niemenike, a ampliação crescente do parque deixou a população sem terras adequadas para cultivo.

Os representantes da comunidade observaram que a pequena parte destinada à agricultura está cheia de pedras e não é fértil.³⁰ Uma mulher que trabalha como funcionária de saúde em Oubadji comentou o seguinte: “Na década de 1990, o parque deu-nos tudo. Até para criar os nossos filhos, íamos buscar produtos ao parque para vender e pagar a educação das crianças. Agora não podemos entrar no parque. Estamos encurralados. As mulheres sofrem.”³¹

“Se não podemos entrar no parque, quais são as soluções? Não queremos violência aqui.” Homem, aldeia de Oubadji

O aumento do custo de vida, o crescimento da população e o impacto das alterações climáticas nos meios de subsistência tradicionais conduziram a incursões no parque nacional por parte das comunidades que vivem nos corredores limítrofes (“comunidades periféricas”) e à sua crescente dependência de atividades ilícitas. Embora alguns destes mercados sejam intrinsecamente ilícitos, outros são-no devido à violação dos regulamentos que protegem o parque, criando um confronto entre os interesses da comunidade e os interesses da proteção do ambiente no parque.

Um círculo vicioso: economias ilícitas e alterações climáticas

Os mercados ilícitos mais proeminentemente mencionados pelas comunidades no contexto das discussões sobre alterações climáticas e meios de subsistência constituem crimes contra o ambiente (crimes contra a fauna [caça ilegal no parque nacional] e crimes contra a flora [predominantemente, exploração madeireira ilegal]) e economias ilícitas que causam danos ambientais (nomeadamente, a mineração artesanal de ouro e, em muito menor grau, a dragagem de areia). Estes constituem o quarto, quinto e sétimo maiores mercados criminosos da África Ocidental, de acordo com o Índice de Crime Organizado.³² Todos estão intrinsecamente ligados às alterações climáticas.

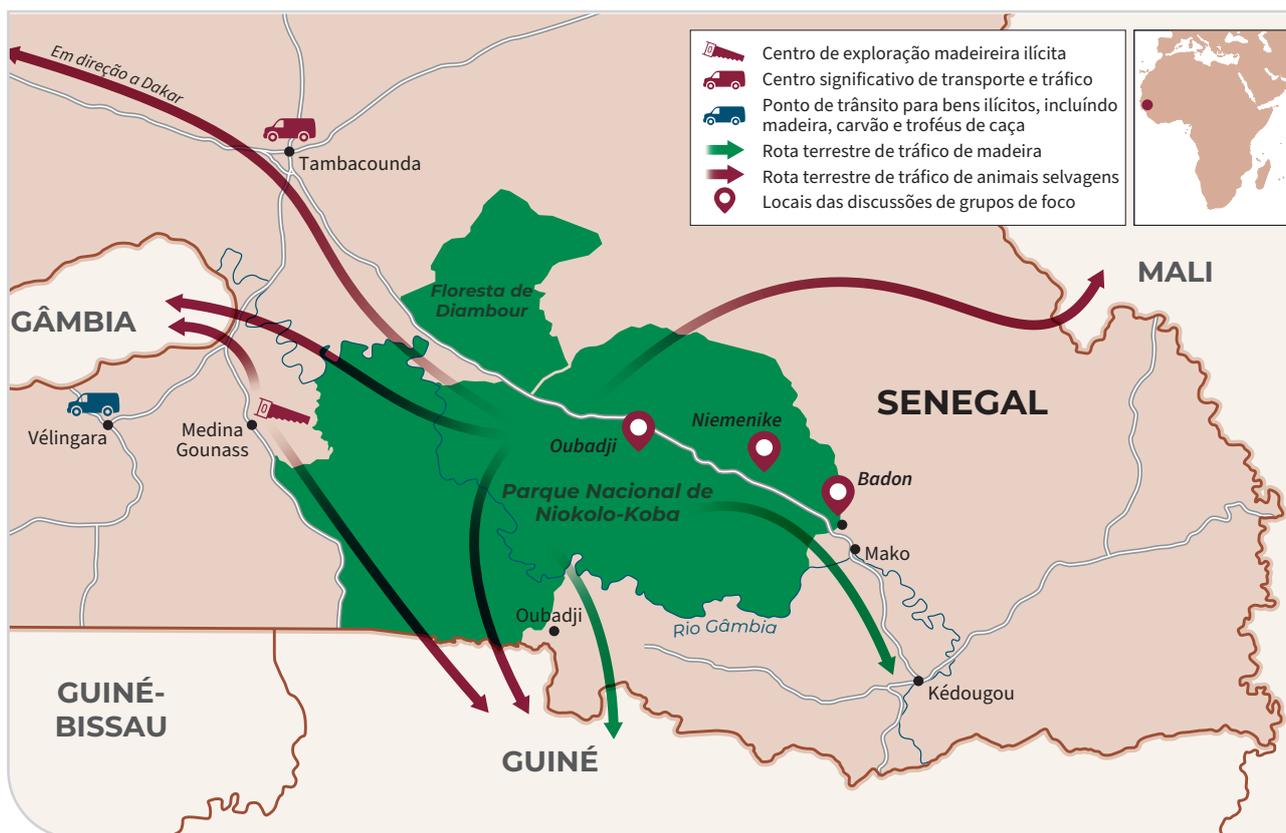
Crimes contra a fauna: caça ilegal

Um número crescente de trabalhos de investigação tem realçado o papel da caça furtiva, tanto na contribuição para as alterações climáticas como na obstrução aos esforços de adaptação.³³ Está igualmente bem documentado o papel das alterações climáticas na ameaça à biodiversidade e na extinção de uma série de espécies.

Embora a caça ilegal seja uma prática de longa data no Parque de Niokolo-Koba, a mesma aumentou em finais da década de 2000. Em 2007, o parque foi incluído na lista do Património Mundial em perigo da UNESCO.³⁴ Em 2016, os analistas identificaram a caça ilegal, tanto para ganho financeiro como para a obtenção de carne de animais selvagens, como a maior ameaça à proteção do parque nacional.³⁵ De acordo com os funcionários do parque, a caça ilegal tem-se mantido a um nível semelhante desde então,³⁶ envolvendo as comunidades em torno do parque e também estrangeiros.³⁷ Esta prática é também motivada pelos preços elevados de alguns produtos de vida selvagem ilícitos no parque (Gráfico 1).

Em 2022, uma apreensão de 800 quilos de cobo foi associada às comunidades periféricas, demonstrando o seu envolvimento na caça ilegal.³⁸ No entanto, a maioria dos caçadores furtivos são alegadamente estrangeiros, maioritariamente guineenses, descritos como bem armados e sofisticados. Em alguns casos, os habitantes locais atuam como intermediários para os caçadores furtivos estrangeiros, tirando partido do seu profundo conhecimento do parque. Por vezes, grupos estrangeiros armam e equipam habitantes locais, contratando o serviço de caça ilegal mediante pagamento.³⁹ Num caso, um caçador furtivo guineense e os seus três cúmplices senegaleses foram detidos na aldeia de Dialakoto em 2022.⁴⁰ Segundo o diretor do parque, o grupo estava acampado na aldeia há vários dias.⁴¹

Gráfico 1: Locais de investigação das discussões de grupos de foco e principais rotas e centros de tráfico



Fonte: Entrevistas dos autores e iniciativa de mapeamento de polos ilícitos <https://wea.globalinitiative.net/illlicit-hub-mapping/>

Gráfico 2: Preços dos produtos de vida selvagem ilícitos obtidos na caça ilegal

Animal	Preço	Principal objetivo/mercado
Pele de uma palanca-vermelha (<i>koba</i>) (o emblema do parque)	<300 000 XOF	Fetichistas malianos e nigerianos. Diz-se, por exemplo, que quem rezar sobre a pele deste animal, verá todas as suas orações atendidas.
Dentes e garras de leão	250 000 XOF por item (381,21 EUR)	Os marabus nigerianos, Mourid, especialmente os Mbacké Mbacké conhecidos, são muito místicos. Utilizam dentes e garras de leão como proteção.
Pele de leão	< 900 000 XOF (1 372,34 EUR)	Utilizada por alguns no Senegal e noutros países para magia negra (para quem procura proteção, poder). A maior parte é exportada para países do Golfo, onde é utilizada para decoração.
Pele de crocodilo	< 900 000 XOF (1 372,34 EUR)	Sapateiros, artesãos no Senegal e noutros países (Mali, Guiné, Gâmbia, etc.), pela comunidade Lebou no Senegal durante um ritual chamado Ndeup.
Pele de leopardo	1,2 milhões de XOF (1 829,88 EUR)	Vendido a libaneses e chineses que a exportam para os países do Golfo para decoração.

Fonte: Dados extraídos de entrevistas realizadas em 2022 para os polos ilícitos de Kédougou no Mapeamento de polos ilícitos do GI-TOC (<https://wea.globalinitiative.net/illlicit-hub-mapping/map>), atualizados por entrevistas em Kédougou em maio e junho de 2023



A biodiversidade no Parque de Niokolo-Koba está em risco devido à caça ilegal generalizada de espécies de valor elevado e carne de animais selvagens, tendo repercussões no aquecimento global

A caça ilegal generalizada, tanto de espécies de valor elevado como de carne de animais selvagens, constitui uma ameaça central para a biodiversidade do Parque de Niokolo-Koba. Investigações demonstraram que as zonas florestais com menos biodiversidade são menos resistentes às alterações climáticas e absorvem menos dióxido de carbono, contribuindo para o aquecimento global.⁴² À medida que os meios de subsistência agrícolas e a disponibilidade de gado vivo diminuem, é provável que a dependência crescente da carne de animais selvagens e dos rendimentos provenientes da caça ilegal continuem a alimentar este círculo vicioso.

Crimes contra a flora: tráfico de madeira

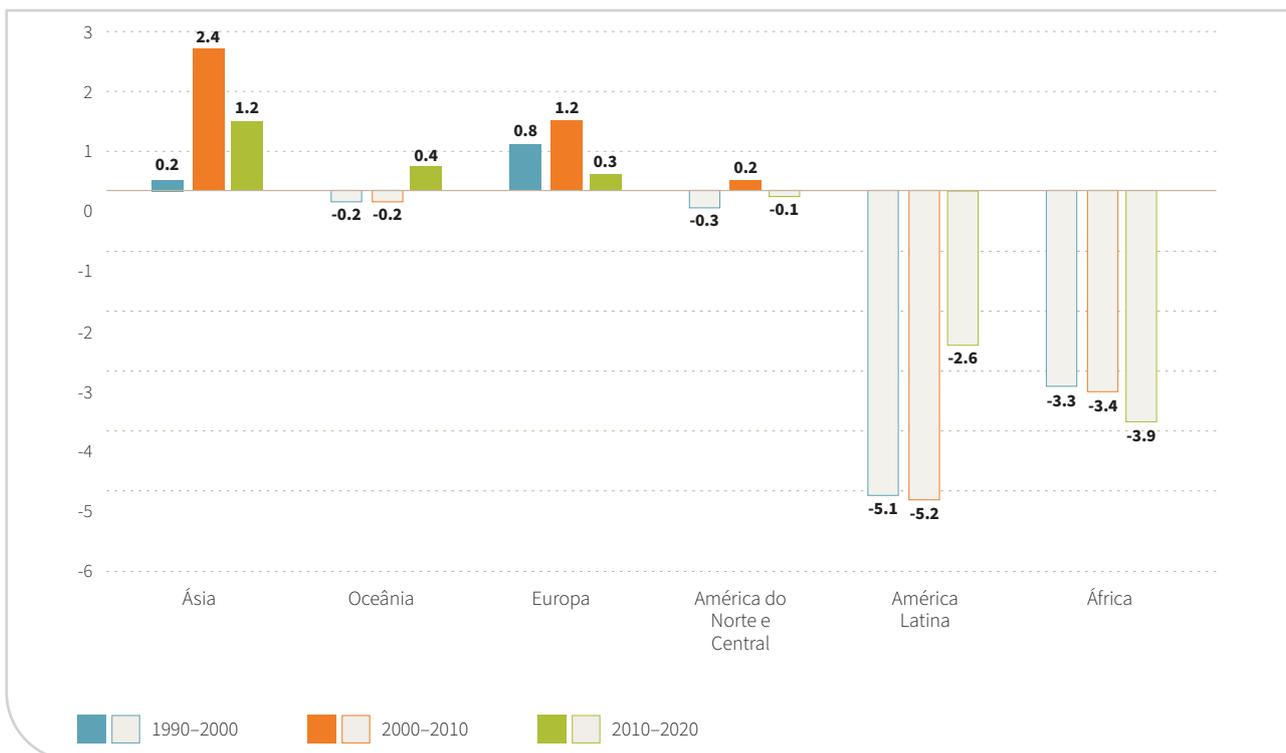
A exploração madeireira ilícita – um dos crimes mais lucrativos contra os recursos naturais a nível mundial – constitui uma grave ameaça para o ambiente, compromete a estabilidade dos sistemas climáticos e é um dos principais fatores causadores das alterações climáticas.⁴³ O papel das áreas florestais na fixação de dióxido de carbono da atmosfera é fundamental para atenuar as alterações climáticas. A desflorestação e, em menor grau, a degradação das zonas florestais invertem os fluxos de carbono, libertando o carbono retido.⁴⁴

A região de Kédougou tinha 673 hectares de cobertura florestal em 2010; algumas estimativas sugerem uma perda de 78 % do coberto arbóreo entre 2001 e 2022.⁴⁵ Esta diminuição deve-se principalmente à expansão da ASGM (com o tráfico de madeira para os locais) e dos setores da construção, juntamente com a utilização intensiva de madeira para cozinhar e para mobiliário.⁴⁶



Pau-rosa colhido na região de Ziguinchor, na zona de Casamance, no Senegal

Gráfico 3: Variação líquida anual da área florestal, por década e região, 1990-2020



Fonte: FAO, avaliação global de recursos florestais, 2020

Colocando a desflorestação em Kédougou no seu contexto global, entre 2010 e 2020, África registou a taxa anual mais elevada de perda líquida de áreas florestais (3,9 milhões de hectares) do mundo (Gráfico 3). Segundo as autoridades, a exploração madeireira ilícita é atualmente relativamente limitada⁴⁷ e concentra-se na parte ocidental do parque. Medina Gounass, que faz fronteira com a Guiné, é o epicentro do tráfico de madeira na zona periférica do parque.⁴⁸

No início da década de 2000, a madeira mais traficada era o “rônier” (palmeira-de-palmira), em grande parte destinado à Guiné, mas o “vène”, também conhecido como pau-rosa (embora a espécie comum não seja considerada um pau-rosa “verdadeiro”), é agora cada vez mais visado pelos traficantes de madeira, que são maioritariamente cidadãos senegaleses e guineenses.⁴⁹ A madeira de alta qualidade explorada no parque e nas zonas periféricas – com a cumplicidade de agentes do parque subornados, em alguns casos⁵⁰ – é vendida a serrações e carpinteiros em Kédougou e traficada para a Guiné e a Gâmbia.

O crescimento acentuado da população de Kédougou nas últimas duas décadas levou a uma procura crescente de madeira por parte das famílias, uma vez que a maioria não tem dinheiro para comprar gás.⁵¹ A produção de carvão vegetal, que satisfaz as necessidades energéticas de muitas famílias, é outro fator que influencia o abate de árvores na região de Kédougou.⁵² Esta atividade está concentrada em Fadiga, historicamente uma comunidade de leprosos autorizada a produzir e vender carvão vegetal,⁵³ mas ocorre em todas as aldeias de Kédougou. O preço de um saco de carvão vegetal de 50 kg varia entre 3 500 e 4 000 XOF.⁵⁴ A produção de carvão vegetal conduz igualmente a emissões de metano e de carbono negro provenientes da queima de lenha e dos processos tradicionais de fabrico de carvão vegetal, o que contribui ainda mais para as alterações climáticas.⁵⁵

Crimes contra recursos não renováveis: mineração ilícita de ouro

A ASGM ilícita começou a expandir-se em Kédougou na década de 1990 e acelerou ainda mais na década de 2000. Passou de uma atividade suplementar a uma necessidade económica para muitos na região de Kédougou.⁵⁶ A mineração de ouro tem causado impactos ambientais devastadores, incluindo uma



A mineração ilícita artesanal e de pequena escala de ouro tornou-se uma necessidade económica para muitos na região de Kédougou, tendo consequências ambientais devastadoras

desflorestação significativa devido à madeira necessária para as minas e à contaminação das fontes de água e dos terrenos agrícolas,⁵⁷ com graves implicações para os meios de subsistência tradicionais baseados na pesca e na agricultura.⁵⁸ As jazidas de ouro da região também têm atraído pessoas de outros locais do Senegal, de outros países da África Ocidental e de outros países, sobretudo da China, incluindo, alegadamente, de dentro do parque, aumentando ainda mais a pressão demográfica sobre os recursos naturais.⁵⁹

Os locais de mineração incluem desde centenas de mineiros em sítios como Tenkoto Bantako e Sambranbougou a grupos de cinco pessoas que praticam temporariamente a extração aluvial nas margens do rio.⁶⁰ As autoridades senegalesas fizeram alguns esforços para formalizar a ASGM,⁶¹ mas a maioria dos mineiros em Kédougou continua a operar informalmente.⁶² A ASGM no interior do parque é, alegadamente, maioritariamente aluvial e não utiliza mercúrio ou cianeto no processo de formação de amálgama.⁶³ Pequenos grupos, normalmente da mesma nacionalidade, deslocam-se rapidamente entre os locais, seguindo as jazidas.

As autoridades do parque comunicaram uma diminuição substancial nas detenções anuais relacionadas com a mineração no parque desde 2021, atribuindo as mesmas ao reforço da aplicação da lei.⁶⁴ No entanto, os membros das comunidades periféricas afirmaram que a atividade da ASGM está a aumentar. A comunidade de Oubadji assinalou uma forte expansão do parque desde 2022 e, em particular, desde abril de 2023, devido à descoberta de um veio rico que atraiu mineiros de outros países, nomeadamente do Mali e do Burquina Fasso. Outro atrativo é a subida dos preços do ouro, com o preço do grama a atingir 33 000 XOF na região de Kédougou em 2021, e a riqueza visível dos mineiros locais, que se reflete na compra de motos e na melhoria das casas. Uma mulher da aldeia de Niemenike disse que a maior parte dos aldeões (incluindo as mulheres) faz agora mineração no parque devido ao aumento acentuado do preço do ouro (ver Gráfico 4).⁶⁵ Os membros da comunidade de Oubadji disseram também que “os jovens estão a ser empurrados para o parque para encontrar ouro” e que “todos os jovens querem trabalhar no ouro”.⁶⁶

Os compradores informais, alegadamente na sua maioria cidadãos senegaleses e malianos, compram ouro diretamente nas minas e nas aldeias próximas do parque. Por exemplo, um comprador de ouro era conhecido por se deslocar a uma aldeia perto de Oubadji todas as terças-feiras.

Gráfico 4: Preço informal do ouro de mineração artesanal, 2021-2023 (por grama, em XOF)

Aldeia	Preço em 2019	Preço durante a pandemia de COVID-19 (2020-2021)	Preço em junho de 2023
Niemenike	25 000	20 000	32 000
Badon	25 000	15 000–20 000	30 000
Oubadji	22 000	22 000	34 000

Fonte: Com base em entrevistas na comunidade.

Nota: Os preços são os oferecidos pelos compradores informais.

Os participantes referiram repetidamente que a extração de ouro é a única fonte de rendimento viável, sendo que muitos dependem da ASGM para emergências e ocasiões especiais. Uma mulher de Niemenike disse que foi graças aos seus rendimentos obtidos com a extração de ouro (200 000 XOF em 2017) que pôde pagar uma ambulância para a filha dar à luz por cesariana na cidade de Kédougou.⁶⁷ Em Badon, os rendimentos obtidos com a ASGM no parque contribuíram para as importantes celebrações do feriado de Tabaski em junho de 2023.⁶⁸

O Estado concedeu às empresas mineiras, incluindo a Petowal Mining, um número reduzido de licenças nos limites do parque, mas as pessoas acreditam, em grande parte, que essa exploração está a ser feita dentro dos limites protegidos do parque. As autoridades afirmam que se trata, provavelmente, de uma percepção errada das atividades mineiras periféricas, mas que gera, no entanto, um ressentimento significativo. Um líder juvenil afirmou o seguinte: “É injusto que nos seja negado o acesso ao parque, que é a terra dos nossos antepassados, e que permitam que as empresas extraiam o ouro. Têm de nos deixar extrair o ouro. Em todo o caso, vamos continuar a entrar no parque e a extrair o ouro.”⁶⁹

Os locais de extração de ouro também estimularam uma série crescente de mercados ilícitos secundários, incluindo o tráfico de mulheres (quase exclusivamente nigerianas) para exploração sexual, condições de trabalho abusivas, trabalho infantil, contrabando de mercúrio e drogas.⁷⁰

As ligações entre a ASGM e as alterações climáticas na região de Kédougou refletem as ligações existentes em toda a África Ocidental: a ASGM torna-se mais importante como estratégia de subsistência no contexto da diminuição dos rendimentos agrícolas. Isto, por sua vez, provoca danos ambientais, dificultando ainda mais os meios de subsistência agrícolas e alimentando os processos de alterações climáticas, como a desflorestação.

Respostas às economias ilícitas e às alterações climáticas

Respostas governamentais

As respostas às economias ilícitas e ao impacto das alterações climáticas na área dividem-se, em termos gerais, em duas categorias: a aplicação de regulamentos para proteger o parque e programas para promover a resiliência das comunidades periféricas e, conseqüentemente, diminuir as incursões ao parque. Estas tipologias de resposta são predominantes nos espaços protegidos ao nível global.

Securitização da proteção do parque

A caça ilegal, a exploração madeireira, o tráfico de madeira e a mineração artesanal informal de ouro são puníveis com penas de prisão ao abrigo da legislação senegalesa, como definido no Gráfico 5.⁷¹ A invasão de áreas naturais protegidas é igualmente punida com pena de prisão e coima.

O governo senegalês tem aumentado constantemente o seu investimento na proteção dos recursos do parque e na preservação da sua enorme biodiversidade. O número de guardas-florestais que patrulham o

Gráfico 5: Atividades ilícitas e disposições legais

Atividade	Lei	Disposições e sanções
Caça ilegal	Lei n.º 86-04, Código de Caça e Proteção da Natureza, 1986	Quem caçar deliberadamente numa reserva de vida selvagem, numa reserva natural ou num parque nacional classificados poderá ser punido com uma coima de 240 000 a 2,4 milhões de francos e uma pena de prisão de um a cinco anos. (artigo 30.º)
Incursoes em terras de parques nacionais	Lei n.º 86-04, Código de Caça e Proteção da Natureza, 1986	Qualquer pessoa que infrinja deliberadamente os regulamentos de circulação e permanência nos parques nacionais poderá ser punido com uma coima de 12 000 a 120 000 francos e uma pena de prisão de um mês a um ano, ou com apenas uma destas duas sanções. (artigo 25.º)

Atividade	Lei	Disposições e sanções
Exploração madeireira	Lei n.º 2018-25, de 12 de novembro de 2018, relativa ao Código de Exploração Florestal	Quem explorar, remover, cortar ou descascar, sem autorização, uma ou mais árvores ou outros produtos florestais numa reserva florestal, num perímetro de restauração, num parque nacional, numa reserva de vida selvagem, numa reserva integral ou numa reserva especial será punido com uma pena de prisão de três (03) a cinco (05) anos e uma multa de 3 milhões a 5 milhões de francos XOF. (artigo 56.º)
Tráfico de madeira	Lei n.º 2018-25, de 12 de novembro de 2018, relativa ao Código de Exploração Florestal	Qualquer pessoa que se dedique ao tráfico doméstico de madeira será punida com uma pena de quatro (04) a oito (08) anos de prisão e uma coima de 7 milhões a 10 milhões de francos XOF. Se o tráfico for internacional, as penas serão de cinco a dez anos de prisão e a coima de 15 milhões a 20 milhões de francos XOF. Para efeitos do presente Código, o tráfico ilícito de madeira é definido como qualquer atividade irregular que envolva o abate, o transporte, a ocultação com vista ao comércio de madeira ou de produtos de madeira, promovida por uma pessoa singular ou coletiva ou por uma pessoa singular ou coletiva ou por um grupo de pessoas de acordo com a mesma distinção. (artigo 57.º)
Mineração de ouro	Loi n° 2016-32 du 8 novembre 2016 portant Code minier (Code Minier)	As atividades mineiras ilícitas são puníveis com uma pena de prisão de, pelo menos, um (1) ano e não mais de cinco (5) anos e com uma coima entre 5 milhões e 125 milhões de francos XOF, para quem se dedicar, sem autorização, a trabalhos de investigação ou extração mineira ou pedreira, infringindo o presente Código (s127)

Nota: O Código de Exploração Florestal (2018-25) contém igualmente disposições relativas às infrações relacionadas com a perturbação do solo, que poderiam igualmente ser aplicadas às infrações mineiras no interior do parque.



A crescente securitização do Parque de Niokolo-Koba como parte dos esforços de conservação deu origem a tensões entre as comunidades vizinhas e os guardas-florestais

parque aumentou de 178 em 2020 para 900 agentes em 2023 e o equipamento com que patrulham tornou-se mais sofisticado.⁷² A crescente securitização do parque a partir de meados da década de 2010 está em consonância com as tendências globais de conservação que, em muitos contextos, criaram tensões entre as comunidades locais e os agentes da autoridade.⁷³

Apoio programático às comunidades periféricas em Kédougou

O governo senegalês tem vindo a investir cada vez mais e a solicitar apoio para uma vasta gama de programas destinados a apoiar as comunidades da região de Kédougou, confrontadas com a diminuição dos meios de subsistência face às alterações climáticas.⁷⁴ Estes programas executados pelo governo, por instituições multilaterais e por agências de desenvolvimento bilateral e da sociedade civil reconhecem as comunidades como intervenientes importantes na resposta às preocupações de conservação e à criminalidade ambiental local.

Muitos procuram reforçar a resiliência das comunidades periféricas através de dois tipos de estratégias:

- o *reforço das capacidades para uma gestão sustentável dos ecossistemas*⁷⁵ inclui formas de fazer uma utilização sustentável (e legal) dos recursos na zona-tampão do parque;⁷⁶ proteção ambiental, incluindo a sensibilização para os perigos da limpeza de terrenos, dos incêndios florestais e do abate de árvores, bem como para os códigos regulamentares existentes;⁷⁷
- o *reforço das atividades que geram rendimentos num quadro mais respeitador do ambiente* inclui o desenvolvimento de áreas de hortas comerciais servidas por um poço, uma bomba de água alimentada por energia solar e painéis solares, com muitas atividades centradas nas mulheres.⁷⁸

Alguns programas de resiliência estão diretamente relacionados com o impacto das economias ilícitas no parque. Por exemplo, o Plano Nacional de Adaptação do Senegal (PNA-FEM) procura permitir uma pesca artesanal limitada no parque para melhorar as relações entre as comunidades e os guardas-florestais e também diminuir a pesca ilegal. O projeto teve início em 2022, pelo que é demasiado cedo para avaliações.⁷⁹

O reforço das capacidades dos jovens é um pilar fundamental da resposta estatal em Kédougou, onde as taxas de desemprego rondam os 16,4 %.⁸⁰ As empresas mineiras são obrigadas a dar prioridade aos residentes de Kédougou no recrutamento,⁸¹ mas este facto nem sempre é cumprido, dando origem a queixas.⁸² Os membros da comunidade, tanto em Badon como em Niemenike, observaram que tais políticas eram relativamente eficazes e resultaram num bom nível de recrutamento,⁸³ apesar de os cargos serem tipicamente de nível inferior.

Uma das principais queixas dos membros da comunidade foi o facto de não beneficiarem dos rendimentos gerados pelo parque através do turismo. Embora esses números possam ser relativamente significativos – em

A resposta às ameaças inter-relacionadas das alterações climáticas e da criminalidade em Kédougou deve envolver o apoio a iniciativas de conservação lideradas pela comunidade



2019, o parque recebeu 2 995 turistas e gerou 26,2 milhões de XOF⁸⁴ – as receitas são relativamente baixas, tendo em conta a dimensão do parque e o número de comunidades periféricas.

Medidas de resiliência autónomas das comunidades

Os entrevistados também relataram o desenvolvimento autónomo de respostas de resiliência nas comunidades. Por exemplo, alguns grupos de mulheres têm estado a testar a utilização de fertilizantes orgânicos para atenuar o impacto da contaminação do solo provocada pela ASGM.⁸⁵ Os agricultores estão também a experimentar diferentes métodos de cultivo, como a inclusão de árvores nas terras agrícolas, para se adaptarem às condições climáticas variáveis.⁸⁶

Uma iniciativa comum a cada uma das aldeias de Oubadji, Badon e Niemenike foi a criação de associações de tontinas. Os membros da tontina contribuem com um montante mensal fixo e, no final de cada mês, esse dinheiro é pago a um membro alternadamente.⁸⁷ Embora as tontinas sejam geralmente associações só de mulheres, também são praticadas por homens em Badon e Oubadji. Os membros afirmaram que investem a sua parte das receitas das tontinas em atividades alternativas para gerar rendimentos, como a transformação e revenda de mel, *fonio* (milho-painço, semelhante ao cuscuz) e legumes, diminuindo a sua dependência de atividades ilícitas.

Outras comunidades, reconhecendo as ameaças da desflorestação, criaram marchas de observação para impedir e denunciar a exploração madeireira no parque.⁸⁸

Principais desafios da resposta

Proteção problemática: legitimidade e legalidade nos esforços de conservação

Em todo o mundo, a criação de áreas protegidas e a aplicação dessas proteções têm entrado em conflito com as práticas comunitárias de extração de recursos.⁸⁹

Em toda a África Ocidental, as discrepâncias entre o que os Estados consideram legítimo (“legal” por lei) e o que as comunidades locais e os intervenientes nas redes transnacionais consideram legítimo (“lícito” por costume) são uma fonte de tensão entre os governos e os seus cidadãos. Também complicam a formação de respostas eficazes às economias ilegais.⁹⁰ Muitos mercados ilegais mas lícitos enfrentam tabus sociais limitados entre as comunidades da África Ocidental, onde a “ilegitimidade” está frequentemente associada a danos causados às próprias comunidades.⁹¹

A criminalização da utilização dos recursos no Parque de Niokolo-Koba – incluindo a exploração madeireira, a caça, o pastoreio e a procura de pasto no parque em geral – entra em conflito com a perceção generalizada das comunidades locais de que os recursos são seus por direito. Muitas comunidades, incluindo as das aldeias de Niemenike e Badon, foram deslocadas das suas terras em 1975 para permitir a ampliação do parque. Estas comunidades dependiam da terra para a sua subsistência e para as suas práticas culturais, incluindo a caça por razões cerimoniais (como a utilização de peles de leopardo e de leão em certos rituais do grupo étnico Bassari).⁹² A delimitação legal dos limites do parque não afetou a perceção da comunidade. Como observou uma mulher em Oubadji: “Entramos no parque, que é a terra do meu avô, e somos presos.”

Desde 2019, o reforço da aplicação das medidas de conservação do parque aumentou ainda mais as tensões entre as comunidades e as autoridades.⁹³ As queixas multiplicam-se quando se considera que os agentes do parque utilizam força excessiva. As comunidades em Oubadji relatam um incidente de 2021 em que um grupo de jovens da aldeia entrou no parque para procurar madeira morta – uma prática que consideravam legítima – tendo sido espancados por agentes da brigada móvel do parque. Este acontecimento provocou tumultos na aldeia, que só foram resolvidos com a intervenção das autoridades consuetudinárias e administrativas. Foram partilhadas histórias semelhantes em Niemenike, incluindo um incidente de 2022 que envolveu a detenção e maus-tratos de um grupo de mulheres que entrou no parque: os agentes do

parque levaram as mulheres para um local situado a 10 quilómetros da sua aldeia, obrigando-as a regressar a pé. Embora estes confrontos se devam, em parte, à aplicação da lei, um agente do parque entrevistado também os atribuiu às limitações de formação e supervisão dos funcionários do parque, alguns dos quais são antigos soldados.⁹⁴

O desfasamento entre a lei e os conceitos comunitários de legitimidade também moldou o papel de alguns funcionários do parque como mediadores e criou oportunidades de corrupção. Os agentes do parque em algumas comunidades periféricas autorizam os aldeões a realizar atividades de subsistência em pequena escala dentro dos limites do parque, incluindo a colheita de algumas frutas e legumes para vender nos mercados ao sábado e a recolha de palha para utilização nas suas próprias casas.⁹⁵ Do mesmo modo, durante a *daaka*, um evento religioso anual realizado em Medina Gounass, o diretor do parque autoriza o acesso ao parque para cortar bambu para a construção de cabanas para os peregrinos.⁹⁶ Os funcionários do parque afirmaram que, embora algumas atividades sejam permitidas nas zonas-tampão, não o são no interior do próprio parque.⁹⁷ Nestes casos, os agentes parecem servir de mediadores entre as posições da comunidade e do Estado, diminuindo as tensões e adotando uma abordagem pragmática e diferenciada à gestão do parque.

Uma relação positiva entre as comunidades e os agentes responsáveis pela aplicação da lei está correlacionada com as áreas que registam os resultados mais positivos em termos de biodiversidade

Surgiram também práticas mais extorsivas de regulação do acesso. Os membros da comunidade referiram que aqueles que são apanhados a operar ilicitamente no parque pagam frequentemente subornos ou veem os seus bens apropriados. Surgiu um sistema mais organizado na regulamentação da mineração de ouro e do pastoreio em alguns elementos do parque. Alegadamente, cada mineiro paga 1 000 XOF (1,53 EUR) por semana ao guarda-florestal em causa em troca de uma autorização informal para fazer mineração. Do mesmo modo, os pastores pagam uma taxa por cabeça de gado para obterem uma entrada alargada. Um pastor com um grande número de vacas poderá pagar cerca de 50 000 XOF (76,26 EUR) pelo acesso ao pastoreio no parque durante alguns meses. Alguns guardas-florestais estão também alegadamente envolvidos em corrupção com traficantes de madeira nas imediações de Wassadou e Kalifourou, na fronteira com a Guiné.⁹⁸

Estes acordos são feitos com agentes do parque situados nas periferias do parque, mas não incluem as brigadas móveis. Consequentemente, alguns guardas-florestais com posto fixo tentam avisar os membros da comunidade quando as brigadas estão a fazer a patrulha.

Perceções de desigualdade de acesso aos recursos do parque

Os regulamentos de gestão do parque estipulam que a exploração dos recursos do parque é proibida em todas as suas formas. No entanto, as comunidades periféricas acreditam amplamente que está a ser autorizada alguma exploração deste tipo. Este facto é negado pelas autoridades, que sugerem tratar-se de um mal-entendido quanto às atividades permitidas na zona-tampão. As crenças das comunidades podem também refletir a emissão informal de “licenças” por parte de funcionários do parque corruptos.

Os membros da comunidade apresentaram provas em defesa dos seus pontos de vista. Uma pessoa deu voz a um sentimento geral:

“Os malianos vêm pescar [no rio Gâmbia, dentro do parque,] e nós não somos autorizados a entrar. Vêm cá camiões de fora para apanhar baobá... *maad* [um fruto local]... e nós não temos autorização para colher nada. Eles têm licenças de exploração. Autorizações que nos são recusadas.”¹⁰⁰

Do mesmo modo, é permitido a algumas partes externas envolvidas – incluindo intervenientes chineses – explorar minas no parque através de autorizações ligadas à corrupção.¹⁰⁰

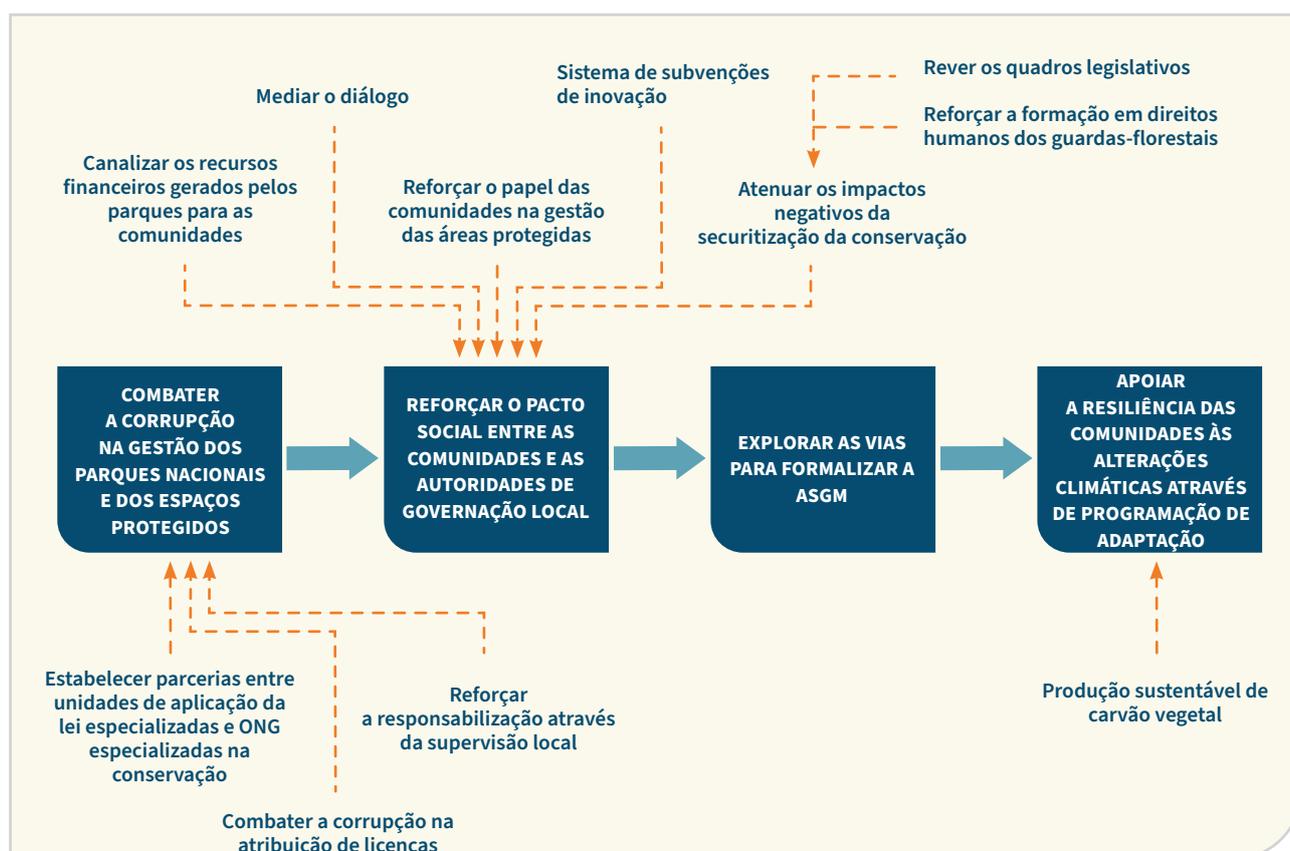
O presidente da associação de jovens de Badon declarou: “Perante as dificuldades que enfrentamos, não temos outra alternativa senão entrar no parque para fazer extração de ouro. Consideramos injusto que nos proibam o acesso ao parque, enquanto outras pessoas estão autorizadas a explorar os recursos.”¹⁰¹

Esta perceção de injustiça tem causado distúrbios repetidamente. Em 2019, por exemplo, ocorreram protestos em várias comunidades periféricas, incluindo Samal, contra cidadãos chineses que estavam a extrair ilegalmente minério dentro do parque e a utilizar mercúrio que poluía o rio Gâmbia, que a população local utiliza como fonte de água para lavar e beber.¹⁰² Também se registaram vários confrontos entre as comunidades e as autoridades numa área conhecida como “Angola”, perto da aldeia de Niemenike, cujos membros da aldeia consideram ser sua por direito, mas que as autoridades do parque confirmam fazer parte das áreas protegidas do parque.¹⁰³

Lições aprendidas: recomendações para a região da CEDEAO

O estudo de caso de Kédougou destaca os desafios comuns relacionados com as ameaças interligadas das alterações climáticas e da criminalidade ambiental no contexto das áreas protegidas. As lições a seguir descritas podem servir de base para as respostas em toda a região da CEDEAO.¹⁰⁴ Em linha com o foco do OCRF nas estratégias de resposta preventiva, a nossa abordagem vai além da aplicação da justiça penal.

Gráfico 6: Estrutura das intervenções propostas



A relação entre crime e alterações climáticas junta dois problemas viciosos. Por conseguinte, as respostas são difíceis de aplicar, dificilmente funcionam isoladamente e visam frequentemente áreas sensíveis. No entanto, são urgentemente necessárias para evitar crises de legitimidade do Estado a curto e longo prazo, a destruição dos meios de subsistência e conflitos regionais.

Devem ser envidados esforços para formalizar a mineração artesanal e de pequena escala de ouro em Kédougou, a fim de reduzir os impactos negativos deste setor em crescimento



Em todas as intervenções, a partilha de dados sobre os êxitos – e, fundamentalmente, sobre os fracassos – é essencial para se chegar a uma programação cada vez mais eficaz.

Reforçar o pacto social entre as comunidades e as autoridades de governação local

As comunidades locais têm um papel crucial a desempenhar na resposta. Embora haja um debate significativo sobre o seu envolvimento em estratégias de combate à criminalidade ambiental, são poucos os bons exemplos de sucesso. Este fracasso constituiu uma oportunidade perdida para quebrar a ligação entre a criminalidade ambiental e as alterações climáticas.

Em áreas de biodiversidade ou nas suas imediações, as comunidades locais podem utilizar, proteger ou de outro modo gerir as áreas, ou simplesmente coabitar com a vida selvagem de formas que podem dar origem a conflitos com a regulamentação governamental. É fundamental garantir que as abordagens estatais estejam alinhadas com as comunidades: as investigações demonstram que uma relação positiva entre as comunidades e os agentes responsáveis pela aplicação da lei está correlacionada com as áreas que registam os resultados mais positivos em termos de biodiversidade, mesmo quando existe um elevado risco de caça ilegal ou de exploração excessiva.¹⁰⁵

A exclusão das comunidades, pelo contrário, tem impactos que vão além da conservação e das alterações climáticas, ameaçando a própria legitimidade do Estado. A criminalização das práticas de subsistência da comunidade através de leis que proíbem a extração de recursos das áreas protegidas e que estão em profunda contradição com as normas comunitárias de utilização dos recursos tem prejudicado os esforços de conservação e multiplicado as queixas da comunidade. Na África Ocidental, onde muitos Estados enfrentam ameaças de intervenientes não estatais que oferecem estruturas de governação alternativas e onde a gestão de recursos em áreas protegidas desempenha repetidamente um papel central nestas narrativas, existe uma urgência renovada em incorporar as comunidades na resposta.¹⁰⁶

Subsistem questões difíceis sobre como ou se a gestão das áreas protegidas deverá ser descentralizada ou sobre como os benefícios dos recursos naturais devem reverter para as comunidades locais. No entanto, a prática regional e mundial aponta para áreas promissoras para intervenção nos quatro setores a seguir enumerados e que podem contribuir para o seguinte:

A corrupção atua como um facilitador sistemático da criminalidade ambiental, coloca grandes obstáculos a uma resposta eficaz e multiplica as queixas da comunidade

- reforçar a legitimidade do mandato das autoridades para aplicar a legislação contra a criminalidade ambiental;
- estabelecer pontes entre as comunidades e o Estado, o que pode conduzir a um maior diálogo;
- apoiar as prioridades das comunidades sob a forma de projetos tangíveis, liderados pela comunidade e com benefícios claros.

Mediar o diálogo e construir relações para alinhar as comunidades e os intervenientes na aplicação da conservação

Os diálogos comunitários mediados geram uma maior confiança entre as comunidades e as autoridades de governação local e uma maior resiliência das comunidades ao crime. A participação nestes diálogos deve ser inclusiva, incluindo as mulheres e os jovens, e deve gerar documentos de discussão que registem o conteúdo e os resultados destas conversações e aos quais todas as partes tenham acesso para referência e responsabilização.

Criar uma subvenção de inovação para as comunidades locais em áreas de biodiversidade

Os diálogos comunitários podem também formar a base de um sistema de criação de subvenções para financiar projetos inovadores ao nível comunitário. Os diálogos poderão identificar projetos que estabeleçam ligações entre os intervenientes responsáveis pela aplicação da lei e as comunidades locais ou entre diferentes comunidades, ou que gerem apoio comunitário para a conservação dos bens ambientais. Embora a forma de tais projetos deva ser determinada pelas próprias comunidades, poderão incluir a proteção contra danos causados pela vida selvagem ou a assistência às comunidades para melhorar serviços locais que não estejam diretamente associados à conservação, mas que melhorem o seu incentivo para apoiar a aplicação da lei.

Reforçar o papel das comunidades periféricas na gestão das áreas protegidas

O aumento do emprego na gestão do parque poderia ajudar a enfrentar os desafios relacionados com o desemprego, reposicionando o parque como uma fonte de subsistência, em vez de uma restrição. Na nossa investigação, os membros da comunidade referiram estar envolvidos em atividades ocasionais de baixa remuneração, como a criação de caminhos e a construção de cabanas, mas sentiram-se excluídos de outras posições de nível superior, como guardas-florestais ou guias turísticos.¹⁰⁷

A natureza do envolvimento deve ser adaptada às realidades locais. Por exemplo, a investigação da GI-TOC revelou que havia na Ásia vários exemplos de sucesso de transformação de caçadores furtivos em patrulheiros, mas os profissionais da África Austral não conheciam nenhum sucesso semelhante na sua região. No entanto, o Parque Nacional de Sapo na Libéria tem um projeto semelhante, juntamente com equipas de vigilância comunitárias, que, segundo consta, está a obter resultados positivos.¹⁰⁸

Os desafios estruturais enfrentados pelas comunidades periféricas devem ser considerados no âmbito desta abordagem. Questões como o acesso limitado às oportunidades de educação que permitem o emprego em cargos de gestão de parques de nível superior também têm sido um fator nos parques nacionais onde as relações com as comunidades periféricas são tensas.¹⁰⁹ As estruturas de gestão do parque devem refletir sobre os serviços que podem fornecer para ajudar as comunidades periféricas, tais como energia renovável através do fornecimento de painéis solares ou a assistência no pagamento de salários dos professores.

Outra via de envolvimento positivo é o pagamento pelos esforços de conservação ou de recuperação ecológica. O pagamento por serviços ecossistémicos ou regimes de rendimento básico de conservação ou simplesmente o apoio financeiro à adoção de meios de subsistência sustentáveis, como a exploração agroflorestal, são potenciais formas de promover tanto os objetivos ecológicos como a melhoria das relações comunitárias.¹¹⁰

Maior canalização dos recursos financeiros gerados pelo parque para as comunidades periféricas

Existem provas significativas que sugerem que as fortes relações com a comunidade foram subvalorizadas durante demasiado tempo como um investimento na eficiência operacional e na segurança dos parques nacionais. Embora as margens dos parques nacionais sejam frequentemente estreitas, as autoridades dos parques não devem ver as receitas gastas nas comunidades como caridade, mas sim como um investimento nas suas infraestruturas.

Nos casos em que as áreas protegidas geram receitas – através do turismo, de concessões de caça ou de qualquer outra forma – as estruturas que direcionam uma parte dessas receitas para as comunidades periféricas podem ajudar a alinhar os interesses do Estado e das comunidades no que respeita à conservação. A partilha de receitas é uma questão complexa, com dúvidas relacionadas com a transparência das receitas dos parques, a consistência com que é possível manter este financiamento e a forma como deve ser atribuído. Em vez de dividir partes do orçamento operacional do parque, uma “taxa de turismo” adicional para compensar as perdas da comunidade será uma abordagem possível.¹¹¹ Como outra opção, as comunidades podem assumir um papel mais importante na gestão do turismo e gerar receitas para si próprias, apoiando um modelo de parques privados de conservação da natureza.¹¹²

Atenuar os impactos negativos da securitização da proteção dos parques nacionais

A “militarização da conservação” está a gerar uma nova crise de legitimidade, com impactos drásticos na eficácia das estratégias e nas relações entre o Estado e a comunidade. Pode criminalizar participantes de baixo nível que poderiam antes ser redirecionados para outros meios de subsistência. Além disso, alimenta as infrações dos direitos humanos nas áreas protegidas. Tal agrava a legalidade contestada das leis de proteção da flora e da fauna e, num sentido mais lato, enfraquece a legitimidade das instituições que defendem essas leis. Em particular em Estados frágeis e afetados por conflitos, tal agrava os já difíceis desafios da legitimidade do Estado, expondo potenciais áreas de vulnerabilidade para serem exploradas por fornecedores alternativos de governação, incluindo grupos armados não estatais.

O uso excessivo da força por parte dos guardas-florestais está repetidamente associado a ressentimentos e conflitos com as comunidades vizinhas.¹¹³ Muitos Estados da CEDEAO, incluindo o Benim e a Libéria, têm assistido a repetidos incidentes de comunidades que atacam guardas-florestais devido a alegados maus-tratos (que, em muitos casos, são reais).¹¹⁴ Em toda a África Ocidental, os regulamentos que regem as atividades nos parques nacionais reconhecem, em certa medida, as necessidades das comunidades periféricas. O estabelecimento de zonas-tampão onde algumas atividades são permitidas é um mecanismo comum.¹¹⁵ No entanto, uma análise mais aprofundada das estruturas regulamentares e da sua aplicação poderia ajudar a atenuar o ressentimento resultante da discrepância entre as normas comunitárias e as posições regulamentares.

Rever os quadros legislativos que regem as áreas protegidas

Os quadros regulamentares devem explorar alternativas eficazes a penas de prisão longas para infrações de baixo nível, talvez através da utilização de abordagens de justiça reparadora para aqueles que se encontram na base da cadeia de tráfico ou que praticam caça ilegal ou colheita para complementar os meios de subsistência.

Reforçar o foco nos direitos humanos no âmbito dos programas de formação dos agentes do parque

Os programas de formação preparatória, os cursos de formação e o reforço das capacidades no local de trabalho para os agentes de aplicação da lei nos parques devem ser reforçados para evitar o uso de força excessiva, em especial quando se trata de interagir com comunidades periféricas, centrando-se nos estudos de casos regionais sobre os danos generalizados que tais práticas causam. Incentivar a monitorização de agências a nível interno e a comunicação de incidentes de uso excessivo da força pode conduzir a uma mudança cultural que se afaste de tais práticas.

Combater a corrupção na gestão dos parques nacionais e dos espaços protegidos

A corrupção atua como um facilitador sistemático da criminalidade ambiental, coloca grandes obstáculos a uma resposta eficaz¹¹⁶ e multiplica as queixas da comunidade na gestão das áreas protegidas. Quando a corrupção ocorre em áreas remotas de elevada biodiversidade, como é o caso dos parques nacionais em toda a África Ocidental, existem normalmente menos meios de responsabilização externa, tais como uma cobertura mediática significativa dos grandes processos judiciais. A atribuição corrupta de “autorizações” e “licenças”, muitas delas infringindo o quadro regulamentar, amplia as perceções da comunidade de desigualdade de acesso aos recursos e prejudica os esforços de conservação do Estado.

É essencial quebrar estes impasses, uma vez que a impunidade ou a tolerância em relação à criminalidade ambiental compromete a resposta às alterações climáticas. Para atingir os seus objetivos, são essenciais programas específicos e integrados a nível local que aumentem a responsabilização e a resiliência à corrupção e melhorem a governação das principais áreas protegidas. As investigações indicam que o maior sucesso na resposta à criminalidade ambiental resultou do apoio de grupos da sociedade civil localmente integrados e de confiança, em parceria com unidades governamentais responsáveis pela aplicação da lei a longo prazo.¹¹⁷ As áreas de programação que contribuem para estes objetivos incluem os seguintes elementos.

Estabelecer parcerias entre unidades de aplicação da lei especializadas e ONG especializadas

As unidades de combate ao crime contra a vida selvagem, incluindo agentes ou guardas-florestais, e as ONG locais podem apoiar-se mutuamente e solicitar apoio umas às outras. O trabalho destas parcerias deverá ser supervisionado, por forma a retirar daí lições e partilhar as mesmas. Em particular, as intervenções deverão centrar-se no reforço da resiliência à corrupção nas unidades de combate ao crime contra a vida selvagem e nas instituições mais amplas em que estão inseridas. Tal poderá incluir o combate às culturas institucionais sem destacar indivíduos, o aumento do custo da corrupção através da supervisão, etc.

Reforçar a responsabilização através da supervisão local

Prestar apoio (incluindo o financiamento de subvenções) às organizações da sociedade civil locais para melhorar os sistemas de supervisão que aumentam a responsabilização dos intervenientes estatais, como os agentes dos parques, os tribunais específicos que tratam de casos ambientais e os departamentos que emitem quotas, autorizações ou licenças. Assegurar que estes esforços possam ser amplificados ou protegidos, através de ligações aos meios de comunicação social internacionais ou a campanhas públicas internacionais ou de apoio financeiro, jurídico ou de exfiltração direcionado. O apoio do Estado central a tais iniciativas, que são sensíveis e frequentemente passíveis de oferecerem resistência, é fundamental para maximizar a eficácia.

Combater a corrupção na atribuição de licenças

A emissão de licenças deve ser transparente e sensível às perceções das comunidades locais. Assegurar que as infrações à regulamentação de concessão de licenças e autorizações sejam identificadas através de mecanismos de responsabilização reforçados, tirando partido das parcerias com os meios de comunicação social locais para aumentar o seu poder simbólico, e que as sanções sejam plenamente aplicadas.

Promover a resiliência da comunidade aos impactos das alterações climáticas

Os projetos de adaptação e os meios de subsistência resistentes às alterações climáticas devem estar em conformidade com o Objetivo 7 da Agenda 2063 da União Africana: “Economias e comunidades ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas”.¹¹⁸ Nos últimos anos, o apoio do governo, de terceiros e da sociedade civil à adaptação das comunidades e à atenuação das alterações climáticas aumentou significativamente. Este facto é bem-vindo e deve ser louvado.

Para garantir a maximização dos resultados, a programação deve basear-se em avaliações de projetos de adaptação climática executados noutros locais e as comunidades devem assumir a responsabilidade pelos projetos.¹¹⁹ A programação dos meios de subsistência centrada nas mulheres, nomeadamente através do reforço do papel das mulheres na gestão dos recursos naturais, tem demonstrado repetidamente ser eficaz, não só para alcançar os objetivos específicos do projeto, como também no apoio à igualdade de género.¹²⁰ Os programas que procuram reduzir a dependência do carvão vegetal, substituindo-o por fontes de energia mais limpas ou apoiando uma produção de carvão vegetal mais sustentável que atenua o impacto no coberto arbóreo, podem ser respostas importantes à desflorestação e ao tráfico de madeira, atenuando os seus impactos climáticos interligados.

Reforçar os esforços para formalizar a mineração de ouro

Na região de Kédougou – e em toda a África Ocidental em geral – as alterações climáticas estão a contribuir para o papel cada vez mais central da ASGM como meio de subsistência regional. À medida que a prática prolifera, os seus impactos ambientais multiplicam-se, contribuindo para as alterações climáticas e prejudicando a resiliência dos ecossistemas. A natureza em grande parte informal do comércio torna-o vulnerável à exploração por parte de criminosos e agentes de conflito, priva os Estados de receitas avultadas e permite práticas que prejudicam o ambiente, incluindo a utilização não regulamentada de mercúrio e cianeto na transformação e o tráfico de madeira para locais de extração mineira.

A formalização, “um processo que procura integrar o sector da ASGM na economia formal, na sociedade e no sistema regulador”,¹²¹ é um requisito prévio para reduzir estes impactos negativos.¹²² Embora tenham sido envidados numerosos esforços para apoiar a formalização no Senegal – e, de um modo mais geral, na CEDEAO – estes poderiam ser reforçados. Tal como explorado noutras investigações do OCWAR-T, as abordagens que procuram apoiar e regular a ASGM, em vez de a proibir, estão a ganhar força. O estabelecimento de corredores mineiros e a regulamentação dos processos de formação de amálgama são elementos promissores das vias emergentes para a formalização que estão a ser desenvolvidas na África Ocidental.¹²³

Notas

- 1 Emily Tian, *Organized crime and corruption: A 'cause and consequence' of climate change*, Organized Crime and Corruption Reporting Project, 12 de agosto de 2021, <https://www.occrp.org/en/daily/14996-organized-crime-and-corruption-a-cause-and-consequence-of-climate-change>.
- 2 Summer Walker, *Environmental crime: The not-so-hidden obstacle to combat climate change*, Global Initiative Against Transnational Organised Crime (GI-TOC), 31 de outubro de 2021, <https://globalinitiative.net/analysis/environmental-crime-climate-change/>.
- 3 Daniel Brombacher, Juan Carlos Garzón e María Alejandra Vélez, *Introduction special issue: Environmental impacts of illicit economies*, *Journal of Illicit Economies and Development*, 3, 1 (julho de 2021), 1–9, <https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.107/>.
- 4 Nathan Jones, John P Sullivan, *Special issue, Climate change and global security*, *Journal of Strategic Security*, 13, 4 (2020), i–iv, <https://www.jstor.org/stable/26965514>.
- 5 Eduardo Brondizio et al (eds), *Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES)*, IPBES, 2019, <https://www.ipbes.net/global-assessment>.
- 6 GI-TOC, *Organized crime: A crosscutting threat to sustainable development: Measuring and monitoring transnational organized crime within the framework of sustainable development for the post-2015 development agenda. Goals, targets and indicators*, 2015, <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2015/01/global-initiative-organized-crime-as-a-cross-cutting-threat-to-development-january-2015.pdf>.
- 7 Comissão Económica das Nações Unidas para África, *Africa sustainable development report 2022*, <https://www.developmentaid.org/api/frontend/cms/file/2022/04/RBA20-20ASDR20202020-20updated20-2003032022.pdf>.
- 8 UN News, *Mudança climática é 'multiplicador de ameaças' à paz*, 25 de janeiro de 2019, <https://brasil.un.org/pt-br/82281-mudanca-climatica-e-'multiplicador-de-ameacas'-a-paz>; OCDE, *Environmental fragility in the Sahel*, setembro de 2022, https://www.oecd.org/dac/Environmental_fragility_in_the_Sahel_perspective.pdf; Comité Internacional da Cruz Vermelha, *Sete coisas que você precisa saber sobre mudança climática e conflito armado*, 9 de julho de 2020, <https://www.icrc.org/pt/document/setecoisas-que-voce-precisa-saber-sobre-mudanca-climatica-econflito-armado>.
- 9 Assembleia Geral das Nações Unidas, *Climate change and its possible security implications: Report of the Secretary-General*, 11 de setembro de 2009, A/64/350, <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/sg%20report%202009.pdf>.
- 10 Ibid.
- 11 Por exemplo, a Costa do Marfim redefiniu os limites do Parque Nacional de Comoé em 2018. Decreto n.º 2018-497, <https://faolex.fao.org/docs/pdf/IVC187403.pdf>.
- 12 União Internacional para a Conservação da Natureza, *Protected areas helping people cope with climate change*, <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/Rep-2011-021.pdf>.
- 13 Caroline Mwongera, *Dossier thématique AVENIR : Résilience face au changement climatique*, Alliance of Bioversity International and CIAT, 2021, <https://cgspace.cgiar.org/handle/10568/119468>; Wilson Nguru e Caroline Mwongera, *Évaluation de la vulnérabilité climatique de certaines cultures au Sénégal*, Alliance of Bioversity International and CIAT, 2022, <https://cgspace.cgiar.org/handle/10568/119641>.
- 14 Programme Aires Protégées de l'Afrique du Centre et de l'Ouest, *Sénégal : Parc National du Niokolo-Koba, Évaluation de l'efficacité de gestion du Parc National du Niokolo-Koba, Enhancing Our Heritage*, novembro de 2009, <https://papaco.org/fr/wp-content/uploads/2015/07/EoH-Niokolo-Koba.pdf>.
- 15 António Sampaio et al, *Reserve assets: Armed groups and conflict economies in the national parks of Burkina Faso, Niger and Benin*, GI-TOC, 9 de maio de 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/armed-groups-conflict-economies-national-parks-west-africa/>.
- 16 Caroline Mwongera, *Dossier thématique AVENIR : Résilience face au changement climatique*, Alliance of Bioversity International and CIAT, 2021, <https://cgspace.cgiar.org/handle/10568/119468>; Wilson Nguru e Caroline Mwongera, *Évaluation de la vulnérabilité climatique de certaines cultures au Sénégal*, Alliance of Bioversity International and CIAT, 2022, <https://cgspace.cgiar.org/handle/10568/119641>.
- 17 Cheikh Faye, Djibrirou Daouda Ba e Secou Omar Diedhiou, *L'anomalie de la température minimale et maximale dans la partie sud-est du Sénégal*, *Journal de la Recherche Scientifique de l'Université de Lomé*, Spécial 2019, 21,4:27–37.
- 18 Em 2015, Kédougou registou 158,8 centímetros em 89 dias de precipitação; em 2019, foram registados 117,5 centímetros em 79 dias de precipitação. *Echo des collines, Kédougou : Changement climatiques, les expériences de KEOH et Actionaid sont des graines d'espoir*, <http://echosdescollines.com/kedougou-changements-climatiques-les-experiences-de-keoh-et-actionaid-sont-des-graines-despoir/>.
- 19 Prevê-se que o rendimento das culturas diminua 11,3 % até 2050 em todo o Sahel. OCDE, *Environmental fragility in the Sahel perspective*, setembro de 2022, https://www.oecd.org/dac/Environmental_fragility_in_the_Sahel_perspective.pdf.
- 20 Organização Internacional do Trabalho, *Analyse situationnelle rapide des liens entre changement climatique, protection de l'environnement et création d'emplois au Sénégal*, https://www2019.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-abidjan/---sro-dakar/documents/publication/wcms_863040.pdf.
- 21 Cheikh Faye et al, *Effects of hydroclimatic spatial dynamics of ponds (Simenti, Kountadala and Oudassi) of the Gambia River Basin in the Niokolo Koba National Park (Senegal)*, *International Journal of Geography and Geology*, 8, 2 (2019), 69–86.
- 22 Entrevista com um representante de uma ONG ambiental; FGD com homens, Oubadji, 30 de abril de 2023. Todas as referências posteriores às FGD em Oubadji correspondem à mesma data.
- 23 FGD com mulheres, Badon, 13 de julho de 2023. Todas as referências posteriores às FGD em Badon correspondem à mesma data.
- 24 FGD com mulheres, Oubadji.
- 25 FGD com homens, Badon.

- 26 Service Régional de la Statistique et de la Démographie de Kédougou, *Situation économique et sociale régionale 2019*, setembro de 2021, <https://www.ansd.sn/sites/default/files/2022-12/SES-Kédougou-2019.pdf>.
- 27 Tamsir Mbaye et al, *État de dégradation des ressources naturelles et accessibilité aux services écosystémiques : cas des Produits Forestiers Non Ligneux dans les régions de Tambacounda et de Kédougou au Sénégal*, *Science et technique: Sciences naturelles et agronomie, Special issue 3*, dezembro de 2016, 71–81, http://intranet.isra.sn/aurifere/opac_css/docnum/FT0170002.pdf.
- 28 Ampliado em 1965; obteve proteção reforçada como reserva natural em 1969. *Décret n.º 2002-271 du 7 mars 2002 portant actualisation des limites du Parc national du Niokolo-Koba (PNNK) et de sa périphérie*, <https://naturaljustice.org/wp-content/uploads/2022/04/DECRET-n%C2%B0-2002-271-du-7-mars-2002-portant-actualisation-des-limites-du-Parc-national-du.pdf>.
- 29 Funcionária estatal reformada, Kédougou, 30 de abril de 2023. FGD com mulheres, Oubadji.
- 30 FGD com mulheres, Niemenike, 14 de julho de 2023. Todas as referências posteriores às FGD em Niemenike correspondem à mesma data.
- 31 FGD com mulheres, Oubadji.
- 32 O Índice Global de Crime Organizado 2021: África Ocidental, GI-TOC, https://ocindex.net/region/west_africa.
- 33 Fabio Berzaghi et al, *Carbon stocks in Central African forests enhanced by elephant disturbance*, *Nature Geoscience*, 12, 9 (setembro de 2019): 725–29, <https://doi.org/10.1038/s41561-019-0395-6>; Jacob Phelps, Steven Broad e Jennifer Mailley, *Illegal wildlife trade and climate change: Joining the dots*, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/wildlife/illegal_wildlife_trade_and_climate_change_2022.pdf.
- 34 World Conservation Monitoring Centre do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, *World Heritage Datasheet: Niokolo-koba National Park*, <http://world-heritage-datasheets.unep-wcmc.org/datasheet/output/site/niokolo-koba-national-park/>.
- 35 Ibid.; Aurélie Flore Koumba Pambo et al, *International trade in endangered species: The challenges and successes of the 17th conference of parties to the convention on international trade in endangered species of wild fauna and flora (CITES)*, *African Journal of Ecology*, 54, 4 (dezembro de 2016), 399–401, <https://doi.org/10.1111/aje.12394>; Papa Ibnou Ndiaye, Bathie Sène, Cheikh Tidiane Ba, *Inventaire de la grande faune mammalienne dans la zone non protégée de Diaguiri (Kédougou, Sénégal)*, *International Journal of Biological and Chemical Sciences*, 12, 2 (2018), 902–914, <https://www.ajol.info/index.php/ijbcs/article/view/176276>.
- 36 Entrevistas com o diretor do parque e o diretor-adjunto, Parque Nacional de Niokolo-Koba, julho de 2023.
- 37 Entrevistas com membros da comunidade, guardas-florestais, funcionários estatais reformados, ONG ambientais, Kédougou, maio de 2023.
- 38 Entrevista com guarda-florestal, Oubadji, 30 de abril de 2023.
- 39 Entrevista com Abba Sonko, representante da CITES no Senegal, agosto de 2023.
- 40 Entrevista com o diretor do Parque de Niokolo-Koba, 20 de julho de 2023.
- 41 Ibid.
- 42 Julian Lee, *Why protecting elephants from poaching matters more than you think*, Blogues do Banco Mundial, 21 de abril de 2014, <https://blogs.worldbank.org/voices/why-protecting-elephants-poaching-matters-more-you-think>.
- 43 Pamela Coke-Hamilton, *Illicit trade endangers the environment, the law and the SDGs: We need a global response*, UNCTAD, 18 de julho de 2019, <https://unctad.org/news/illicit-trade-endangers-environment-law-and-sdgs-we-need-global-response>; Programa das Nações Unidas para o Ambiente, *The state of knowledge of crimes that have serious impacts on the environment*, 2018, <https://www.unep.org/resources/publication/state-knowledge-crimes-have-serious-impacts-environment>; Elizabeth Humphrey, *The financial crime climate is changing*, Themis, novembro de 2021, <https://themisservices.co.uk/themis-blog/financial-crime-climate-is-changing>.
- 44 Duncan Brack, *Forests and climate change: Background study prepared for the fourteenth session of the United Nations Forum on Forests*, março de 2019, <https://www.un.org/esa/forests/wp-content/uploads/2019/03/UNFF14-BkgdStudy-SDG13-March2019.pdf>.
- 45 Global Forest Watch, Senegal, Kédougou, Cobertura de terra, <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/SEN/6/?category=land-cover&location=WyJjb3VudHJ5IiwUOVI0IiwNiJd>.
- 46 Paulin Maurice Toupane et al, *Preventing violent extremism in Senegal: Threats linked to gold mining*, Institute for Security Studies, 23 de fevereiro de 2022, <https://issafrica.org/research/west-africa-report/preventing-violent-extremism-in-senegal-threats-linked-to-gold-mining>.
- 47 Entrevista com o Tenente-Coronel Badji, funcionário dos serviços hídricos e florestais, Kédougou, 13 de julho de 2023.
- 48 Entrevista com o diretor do Parque Nacional de Niokolo-Koba, 20 de julho de 2023.
- 49 O tráfico de “vène” ou “pau-rosa” ocorre tanto na zona sul como na zona oeste do parque, nomeadamente em torno de Medina Gounass, Kalifourou e Wassadou, bem como na área de Saraya. Entrevista com o diretor do Parque Nacional de Niokolo-Koba, 20 de julho de 2023.
- 50 Entrevista com um funcionário do parque, 20 de julho de 2023.
- 51 Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie, *Rapport des enquêtes de suivi de la pauvreté*, [https://www.ansd.sn/Indicateur/rapport-des-enquetes-de-suivi-de-la-pauvrete#:~:text=En%20ce%20qui%20concerne%20le,%25\)%20sont%20les%20plus%20touchées](https://www.ansd.sn/Indicateur/rapport-des-enquetes-de-suivi-de-la-pauvrete#:~:text=En%20ce%20qui%20concerne%20le,%25)%20sont%20les%20plus%20touchées).
- 52 Tamsir Mbaye et al, *État de dégradation des ressources naturelles et accessibilité aux services écosystémiques : cas des Produits Forestiers Non Ligneux dans les régions de Tambacounda et de Kédougou au Sénégal*, *Science et technique: Sciences naturelles et agronomie, Special issue 3*, dezembro de 2016, 71–81. http://intranet.isra.sn/aurifere/opac_css/docnum/FT0170002.pdf.
- 53 Entrevista com Soly Bourama Dabo, jornalista, em Walfadjiri, Kédougou, 13 de julho de 2023.
- 54 Ibid.
- 55 Comissão Económica das Nações Unidas para África, *Africa sustainable development report 2022*, <https://www.developmentaid.org/api/frontend/cms/file/2022/04/RBA20-20ASDR20202020-20updated20-2003032022.pdf>.
- 56 Lamine Daffé, *Gold rush in Kédougou, Senegal: Protecting*

- migrants and local communities, *Global Eye on Human Trafficking*, 11, março de 2012, https://publications.iom.int/system/files/pdf/globaleyeissue11_29feb2012.pdf;
- Anthony W Persaud, *Mercury use and the socio-economic significance of artisanal and small-scale gold (ASGM) mining in Senegal: A mixed-methods approach to understanding ASGM*, tese de mestrado, 2015. http://dspace.library.uvic.ca/bitstream/handle/1828/6454/Persaud_Anthony_MA_2015.pdf?sequence=4&isAllowed=y.
- 57 Programa das Nações Unidas para o Ambiente, *The state of knowledge of crimes that have serious impacts on the environment*, 2018, <https://www.unep.org/resources/publication/state-knowledge-crimes-have-serious-impacts-environment>; Maria Gerth-Niculescu, *La Falémé face à la menace de l'or*, BBC, 13 de abril de 2023, <https://www.bbc.com/afrique/articles/c72qk1nr3nvo>.
- 58 Paulin Maurice Toupane et al, *Preventing violent extremism in Senegal: Threats linked to gold mining*, Institute for Security Studies, 23 de fevereiro de 2022, <https://issafrica.org/research/west-africa-report/preventing-violent-extremism-in-senegal-threats-linked-to-gold-mining>; Dame Diallo et al, *Nidification du chimpanzé de savane (Pan troglodytes verus) dans la zone non protégée de Bantankiline (Kédougou, Sénégal)*, *Bulletin de la Société Royale des Sciences de Liège*, 91, 1 (2022), <https://popups.uliege.be/0037-9565/index.php?id=10926>.
- 59 Mouhamadou Kane, *Mining and extractives: How corruption is fueling illegal mining in Senegal*, ENACT Africa, 22 de agosto de 2019, <https://enactafrica.org/research/trend-reports/how-corruption-is-fuelling-illegal-mining-in-senegal>.
- 60 Discussão com um grupo de 6 cidadãos burquinenses que praticam mineração aluvial artesanal, utilizando mercúrio no processo de extração, perto da ponte de Mako, maio de 2023.
- 61 Inclusive através dos Códigos de Minas de 2003 e 2016. Avaliação do quadro estratégico da exploração mineira do IGF: Senegal, *International Institute for Sustainable Development*, dezembro de 2016, <https://www.iisd.org/system/files/publications/senegal-mining-policy-framework-assessment-en.pdf>.
- 62 Paulin Maurice Toupane et al, *Preventing violent extremism in Senegal: Threats linked to gold mining*, Institute for Security Studies, 23 de fevereiro de 2022, <https://issafrica.org/research/west-africa-report/preventing-violent-extremism-in-senegal-threats-linked-to-gold-mining>.
- 63 O equipamento alegadamente utilizado pelos aldeões era, em grande parte, pouco sofisticado, incluindo, por exemplo, picaretas e machados. FGD com homens, Niemenike.
- 64 République du Sénégal, *Ministère de l'environnement et du développement durable, Direction des parcs nationaux, parc national du Niokolo-Koba, Rapport sur l'état de conservation du parc national du Niokolo-Koba N°153 Février 2022*.
- 65 FGD com mulheres, Niemenike.
- 66 FGD com homens, Oubadji.
- 67 FGD com mulheres, Niemenike.
- 68 FGD com homens, Badon.
- 69 Ibid.
- 70 Entrevista, representante de La Lumière, uma ONG que atua no setor do tráfico de pessoas, Kédougou, 1 de maio de 2023. Lamine Daffé, *Gold rush in Kédougou, Senegal: Protecting migrants and local communities, Global Eye on Human Trafficking*, 11, março de 2012, https://publications.iom.int/system/files/pdf/globaleyeissue11_29feb2012.pdf
- 71 *Loi n° 2018-25 du 12 novembre 2018 portant Code forestier*, <https://sec.gouv.sn/publications/lois-et-reglements/code-forestier>; *Loi n° 2016-32 du 8 novembre 2016 portant Code minier*, <https://sec.gouv.sn/publications/lois-et-reglements/code-minier>; *Loi n° 86-04 portant Code de la chasse et de la protection de la nature*, https://sherloc.unodc.org/cld/document/sen/1986/loi_no_86-04_portant_code_de_la_chasse_et_de_la_protection_de_la_faune.html.
- 72 Dados partilhados pelo Gabinete dos Parques Nacionais, Senegal, 2023.
- 73 Simone Haysom e Mark Shaw, *An analytic review of past responses to environmental crime and programming recommendations for future action*, 27 de setembro de 2022, GI-TOC, <https://globalinitiative.net/analysis/responses-environmental-crime/>.
- 74 Por exemplo, o projeto Adaptation et valorisation entrepreneuriales en irrigation rurale et agricole (AVENIR) apoia jovens e mulheres, trabalhando em estreita colaboração com parceiros locais. Caroline Mwongera, *Dossier thématique AVENIR : Résilience face au changement climatique*, Alliance of Bioversity International and CIAT, 2021, <https://cgspace.cgiar.org/handle/10568/119468>.
- 75 Marrocos, através da Fundação Office Chérifien des Phosphates, está empenhado em apoiar as comunidades vizinhas do parque, reforçando as suas capacidades de preservação do ecossistema. Benoit-Ivan Wansi, *Sénégal : Le géant des phosphates OCP soutient la protection du parc du Niokolo Koba*, Afrik21, 9 de dezembro de 2022, <https://www.afrik21.africa/senegal-le-geant-des-phosphates-ocp-soutient-la-protection-du-parc-du-niokolo-koba/>.
- 76 Delegação da União Europeia no Senegal, Resposta da UE para combater a perda de biodiversidade: Descubra o Parque Nacional Niokolo-Koba (Senegal) e as pessoas que o protegem, 16 de dezembro de 2022, https://www.eeas.europa.eu/delegations/senegal/eu%E2%80%99s-response-tackle-biodiversity-loss-discover-niokolo-koba-national-park-senegal-and-people-who_en?s=117&etrans=pt; BIOPAMA, *Building the capacity for comprehensive survey and monitoring of key wildlife species and habitat features in the Niokolo-Koba National Park, Senegal*, <https://action.biopama.org/action-projects/building-the-capacity-for-comprehensive-survey-and-monitoring-of-key-wildlife-species-and-habitat-features-in-the-niokolo-koba-national-park-senegal/>.
- 77 Um representante da Tostan, uma organização não governamental financiada pelo governo dos Estados Unidos, concluiu a primeira fase da programação (2020-2023) para dar formação a 20 aldeias da área de Salémata sobre proteção do ambiente, higiene, saúde e segurança, sensibilização para os códigos de caça e do ambiente. Entrevista, Tostan, agosto de 2023.
- 78 Tal inclui, por exemplo, o projeto de adaptação PNA-FEM do Senegal, executado pela Direction de l'Environnement et des Établissements Classés (DEEC) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- 79 Entrevista com Maurice Dione, funcionário da DEEC, Kédougou, 13 de julho de 2023.
- 80 Service Régional de la Statistique et de la Démographie de Kédougou, *Situation économique et sociale régionale 2019*, setembro de 2021, <https://www.ansd.sn/sites/default/files/2022-12/SES-Kédougou-2019.pdf>.
- 81 Dakaractu, *Kédougou – Emploi des jeunes : Le Gouverneur Saer*

- Ndao a présidé le CRD spécial, 27 de março de 2021, https://www.dakaractu.com/kedougou-emploi-des-jeunes-Le-Gouverneur-Saer-Ndao-a-preside-le-CRD-special_a201503.html; Agence de Presse Sénégalaise, *Sénégal-Société-Formation, Kédougou: 55 jeunes de Tomboronkoto formés en conduite d'engins lourds et véhicules légers*, 3 de agosto de 2023, <https://aps.sn/kedougou-55-jeunes-de-tomboronkoto-formes-en-conduite-dengins-lourds-et-vehicules-legers/>.
- 82 Le Quotidien, *#Kédougou – Recrutement dans les entreprises minières : Les jeunes dans la rue*, 10 de abril de 2021, <https://lequotidien.sn/kedougou-recrutement-dans-les-entreprises-minieres-les-jeunes-dans-la-rue/>
- 83 FGD com mulheres, Niemenike. FGD com homens, Badon.
- 84 Dados de 2020 partilhados pelo Gabinete dos Parques Nacionais, Senegal, em 2023. Como seria de esperar, a pandemia de COVID-19 em 2020 provocou uma queda nos números, com os visitantes do parque a gerarem 16,25 milhões de XOF.
- 85 Organisations de la Coalition Nationale, *La société civile sénégalaise compte bien se faire entendre à la COP27*, 4 de outubro de 2022, <https://naturaljustice.org/la-societe-civile-senegalaise-compte-bien-se-faire-entendre-a-la-cop27/#:~:text=La%20société%20civile%20sénégalaise%20demande,la%20région%20de%20Kédougou%20expérimentent.>
- 86 Chad Papa, Pascal Nzokou e Cheikh Mbow, *Farmer livelihood strategies and attitudes in response to climate change in agroforestry systems in Kedougou, Senegal, Environmental Management*, 66 (2020), 218–231, <https://link.springer.com/article/10.1007/s00267-020-01302-8>.
- 87 FGD com mulheres, Oubadji; FGD com homens, Badon; FGD com mulheres, Badon.
- 88 Marie-Liesse Vermeire e Raphaël Belmin, *Au Sénégal, mobilisation pour protéger le plus grand gisement forestier du pays*, The Conversation, 14 de setembro de 2022, <https://theconversation.com/au-senegal-mobilisation-pour-protéger-le-plus-grand-gisement-forestier-du-pays-190092>.
- 89 Simone Haysom e Mark Shaw, *An analytic review of past responses to environmental crime and programming recommendations for future action*, 27 de setembro de 2022, GI-TOC, <https://globalinitiative.net/analysis/responses-environmental-crime/>.
- 90 Itty Abraham e Willem Van Schendel, *Introduction: The making of illicitness*, em Willem Van Schendel e Itty Abraham (eds), *Illicit Flows and Criminal Things: States, Borders, and the Other Side of Globalization*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2005, 1–36.
- 91 Adib Bencherif, *Des élites touarègues face aux trafics de drogues : Quelles recompositions morales et sociopolitiques ?*, *Politique africaine*, 3, 163 (2021), 61–83, p. 78, <https://doi.org/10.3917/polaf.163.0061>. <https://www.cairn.info/revue-politique-africaine-2021-3-page-61.htm>; Thomas Hüsken e Georg Klute, *Political orders in the making: Emerging forms of political organization from Libya to Northern Mali*, *African Security*, 8, 4 (2015), 320–337; Luca Raineri, *Cross-border smuggling in North Niger: The morality of the informal and the construction of a hybrid order*, em Abel Polese, Alessandra Russo e Francesco Strazzari (eds.), *Governance Beyond the Law: The Immoral, the Illegal, the Criminal*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019, 227–245, https://doi.org/10.1007/978-3-030-05039-9_12.
- 92 Entrevista com um funcionário estatal reformado em Kédougou, próximo da comunidade Bassari, abril de 2023.
- 93 O número de agentes do parque tem vindo a aumentar de forma consistente, tendo recentemente passado de 164 em 2021 para 900 agentes em 2023. Além disso, o serviço de parques criou três brigadas móveis de vigilância e três brigadas de zona. Entrevista com um funcionário do parque, julho de 2023; entrevista com o diretor do parque, Parque Nacional de Niokolo-Koba, agosto de 2023.
- 94 Entrevista com um funcionário do parque nacional, Dakar, julho de 2023.
- 95 FGD com mulheres, Oubadji.
- 96 Entrevista com o diretor do parque, Parque Nacional de Niokolo-Koba, 20 de julho de 2023.
- 97 Entrevistas com o diretor do parque, Parque Nacional de Niokolo-Koba, julho e agosto de 2023; entrevista com um funcionário do parque, julho de 2023.
- 98 Entrevista com o diretor do parque, julho de 2023.
- 99 FGD com mulheres, Oubadji; FGD com homens, Oubadji.
- 100 Paulin Maurice Toupane et al, *Preventing violent extremism in Senegal: Threats linked to gold mining*, Institute for Security Studies, 23 de fevereiro de 2022, <https://issafrica.org/research/west-africa-report/preventing-violent-extremism-in-senegal-threats-linked-to-gold-mining>; Mouhamadou Kane, *Mining and extractives: How corruption is fuelling illegal mining in Senegal*, ENACT Africa, 22 de agosto de 2019, <https://enactafrica.org/research/trend-reports/how-corruption-is-fuelling-illegal-mining-in-senegal>; entrevista com Soly Bourama Dabo, jornalista em Walfadjiri, Kédougou, 13 de julho de 2023.
- 101 FGD com homens, Badon.
- 102 Entrevista com um intérprete dos mineiros chineses no parque, Kédougou, novembro de 2019.
- 103 FGD com homens, Niemenike.
- 104 Estas recomendações baseiam-se numa extensa análise sistemática das respostas à criminalidade ambiental realizada pela GI-TOC, para além da investigação centrada na região de Kédougou, combinando dados granulares e uma análise política abrangente para uma vasta gama de potenciais quadros de resposta. Nomeadamente: Simone Haysom e Mark Shaw, *An analytic review of past responses to environmental crime and programming recommendations for future action*, 27 de setembro de 2022, GI-TOC, <https://globalinitiative.net/analysis/responses-environmental-crime/>.
- 105 Ver, por exemplo, Annette Hubschle com Clifford Shearing, *Ending wildlife trafficking: Communities as change agents*, GI-TOC, 6 de agosto de 2018, <https://globalinitiative.net/analysis/ending-wildlife-trafficking/>.
- 106 Antonio Sampaio et al, *Reserve assets: Armed groups and conflict economies in the national parks of Burkina Faso, Niger and Benin*, GI-TOC, maio de 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/armed-groups-conflict-economies-national-parks-west-africa/>.
- 107 FGD com homens, Oubadji; FGD com mulheres, Oubadji; FGD com homens, Badon; FGD com mulheres, Niemenike.
- 108 *West Africa Biodiversity and Climate Change, How rangers and local communities came together to protect Sapou National Park*, 22 de outubro de 2019, <https://www.wabicc.org/en/how-rangers-and-local-communities-came-together-to-protect-sapo-national-park/>.

- 109 Antonio Sampaio et al, *Reserve assets: Armed groups and conflict economies in the national parks of Burkina Faso, Niger and Benin*, GI-TOC, maio de 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/armed-groups-conflict-economies-national-parks-west-africa/>.
- 110 Jane Carter Ingram et al, *Evidence of payments for ecosystem services as a mechanism for supporting biodiversity conservation and rural livelihoods*, *Ecosystem Services*, 7 (março de 2014): 10–21. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2013.12.003>.
- 111 Sarah Brown, *Ecotourism and education: Win-win solution for Pantanal jaguars and ranchers*, Mongabay, 20 de janeiro de 2023, https://news.mongabay.com/2023/01/ecotourism-and-education-win-win-solution-for-pantanal-jaguars-and-ranchers/?mc_cid=25369c6593andmc_eid=43f5e0f3ef.
- 112 Bonface Orucho, *Are private wildlife conservancies the way to sustainable tourism in Africa?*, Mail and Guardian, 4 de janeiro de 2023, <https://mg.co.za/africa/2023-01-04-are-private-wildlife-conservancies-the-way-to-sustainable-tourism-in-africa/>.
- 113 Koueita Mariam Konaté Kady, Diomandé Moussa e Brou Ahoissi Nicolas, *La problématique de gestion du Parc National de la Comoé (PNC) en Côte d'Ivoire : Entre la survie des populations riveraines et la conservation de la biodiversité*, *European Scientific Journal*, 14, 35 (dezembro de 2018), 391–411.
- 114 Por exemplo, dois guardas-florestais foram mortos e quatro outros ficaram gravemente feridos, tendo sido hospitalizados, como retaliação pelos maus-tratos infligidos a um grupo que tinha entrado num parque na Libéria em 2017. Naomi Larsson, *Forest rangers tortured and killed by illegal settlers in Liberia rainforest*, Guardian, 8 de maio de 2017, <https://www.theguardian.com/environment/2017/may/08/forest-rangers-tortured-and-killed-by-illegal-settlers-in-liberia-rainforest>; Antonio Sampaio et al, *Reserve assets: Armed groups and conflict economies in the national parks of Burkina Faso, Niger and Benin*, GI-TOC, maio de 2023, <https://globalinitiative.net/analysis/armed-groups-conflict-economies-national-parks-west-africa/>.
- 115 É o caso da Costa do Marfim, do Togo, da Serra Leoa e do Senegal, entre outros.
- 116 Charlie de Rivaz et al, *Turning the tide? Learning from responses to large-scale illegal, unreported and unregulated fishing in five countries*, RUSI Whitehall Report 3-19, novembro de 2019, https://static.rusi.org/201911_whr_3-19_turning_the_tide_de_rivaz_web.pdf.
- 117 Simone Haysom e Mark Shaw, *An analytic review of past responses to environmental crime and programming recommendations for future action*, 27 de setembro de 2022, GI-TOC, <https://globalinitiative.net/analysis/responses-environmental-crime/>.
- 118 O próprio Objetivo 7 está alinhado com o ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre (proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade).
- 119 Ver, por exemplo, Programa das Nações Unidas para o Ambiente e a União Europeia, *Climate change and security partnership project, Final report: March 2017–February 2022*, 2022, <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/40549>.
- 120 Lucia Bird Ruiz-Benitez de Lugo, *Rethinking resilience: The role of women in community responses to organized crime*, GI-TOC, maio de 2021, <https://globalinitiative.net/analysis/resilience-women-organized-crime/>.
- 121 Programa das Nações Unidas para o Ambiente, *Analysis of formalization approaches in the artisanal and small-scale gold mining sector based on experiences in Ecuador, Mongolia, Peru, Tanzania and Uganda*, 2012, <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/31429>.
- 122 Jorden de Haan e Brandon Turner, *Handbook for developing national ASGM formalization strategies within national action plans*, Instituto das Nações Unidas para a Formação e a Investigação e Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 2018.
- 123 Para mais informações sobre abordagens promissoras para a região da CEDEAO, ver: Marcena Hunter, Gideon Osofu-Peasah, *Approaches towards formalising artisanal gold mining in West Africa*, OCVAR-T, a aguardar publicação.



Créditos das imagens	Página
Pako Dominguez/Alamy Stock Photo.....	Capa
echosdescollines.com	3
GI-TOC.....	4
Thierry Grun/Alamy Stock Photo	6
Joerg Boethling/Alamy Stock Photo	7
GI-TOC.....	8
Philipp Henschel/Lion Recovery Fund.....	11
GI-TOC.....	12
GI-TOC.....	15

Esta publicação é co-financiada por



EUROPEAN UNION



cooperation
germany – ecowas

ZUSAMMENARBEIT DEUTSCHLAND – ECOWAS

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia e do Gabinete Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflecte necessariamente as opiniões da União Europeia ou do Ministério Federal das Relações Exteriores da Alemanha.

Sobre os autores

Mouhamadou Kane é analista da GI-TOC e centra-se nas economias ilícitas do Senegal, da Guiné e do Mali. Mouhamadou trabalhou anteriormente como investigador no Centre des Hautes Études de Défense et de Sécurité na Presidência da República do Senegal.

Lucia Bird Ruiz Benitez de Lugo é diretora do Observatório de Economias Ilícitas na África Ocidental na GI-TOC. O trabalho de Lucia centra-se na intersecção entre economias ilícitas, conflitos e instabilidade, tendo anteriormente trabalhado como consultora jurídica e política para o Governo do Punjab, no Paquistão, e para o Ministério das Finanças, no Gana

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer a Audrey Ferdinand pelo seu apoio na revisão da documentação e a Harry Johnstone, Alastair Macbeath e Eleanor Beevor pelos seus valiosos contributos. Agradecemos também aos mediadores Younoussa Ba e Oudi Diallo por facilitarem o contacto com as comunidades e as partes envolvidas em Kédougou e aos interlocutores que partilharam o seu tempo connosco, dando valiosos contributos.



OCWAR-T

Crime Organizado: A Resposta da África Ocidental ao Tráfico

Coordenado por

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Implementado por

ISS INSTITUTO DE ESTUDOS
DE SEGURANÇA



**GLOBAL
INITIATIVE**
AGAINST TRANSNATIONAL
ORGANIZED CRIME